

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Tamiris Yuri Sakamoto

Superexploração da força de trabalho feminina no capitalismo dependente brasileiro: uma
discussão à luz da Teoria Marxista da Dependência e da Teoria da Reprodução Social

Mestrado em Economia Política

São Paulo

2026

[1]

TAMIRIS YURI SAKAMOTO

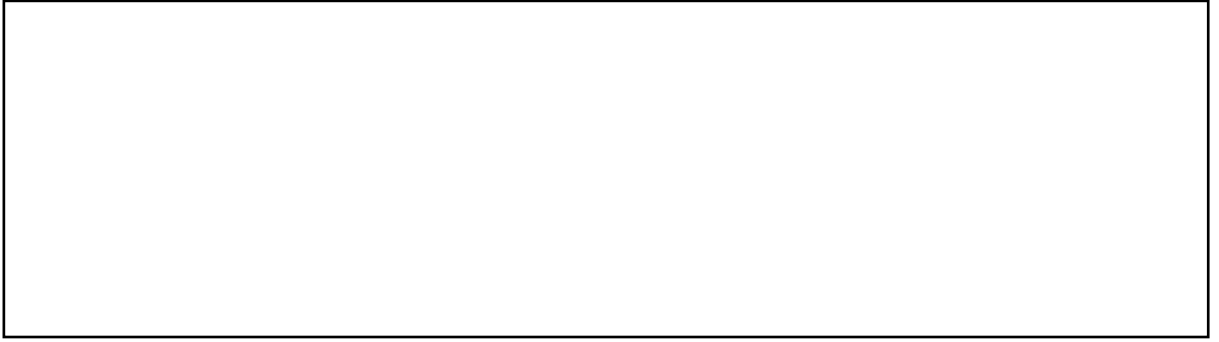
Superexploração da força de trabalho feminina no capitalismo dependente brasileiro: uma discussão à luz da Teoria Marxista da Dependência e da Teoria da Reprodução Social

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em **Economia Política**, sob a orientação do Prof^o Dr. **Áquilas Nogueira Mendes**.

São Paulo

2026

[2]



Banca Examinadora

À comunidade da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo pelo apoio permanente.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Process Number 130412/2024-4

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

AGRADECIMENTOS

Ao corpo docente e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC-SP, que possibilitaram a conclusão desta dissertação. Especialmente àqueles que lutam e resistem para que a ciências econômicas nos inspire a refletir e agir sobre a realidade de forma crítica.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Áquilas Mendes por todo o suporte e colaboração assídua no processo de elaboração e discussão dessa dissertação.

Aos meus pais que, apesar de qualquer adversidade, sempre me apoiaram em cada uma das minhas decisões até aqui. Às amigas e aos amigos pela paciência e suporte cotidiano. A vida se torna mais leve e os desafios menos aterrorizantes com vocês ao meu lado.

Às companheiras e companheiros do PSOL que, ao longo desses mais de 10 anos, contribuíram, sem sombra de dúvidas, para minha formação, e que me dão coragem e esperança sobre as possibilidades de construção um futuro radicalmente diferente e mais justo.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a intensificação da superexploração da força de trabalho feminina no capitalismo dependente brasileiro, à luz do diálogo entre a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Teoria da Reprodução Social (TRS). A condição dependente das economias latino-americanas constitui um desdobramento da dinâmica do capitalismo mundial, e sua reprodução é sustentada por meio de mecanismos de superexploração da força de trabalho. A partir do diálogo entre a TMD, que explica a violação do valor da força de trabalho nas economias dependentes, e a TRS, que localiza a opressão às mulheres no processo de reprodução social do capital, o trabalho apresenta que a superexploração do trabalho feminino, expressada pela precarização das condições de trabalho, pela desigualdade salarial, e pela intensificação da jornada total de trabalho das mulheres, articula a exploração no mercado de trabalho pago e a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado.

Palavras-chave: capitalismo dependente; superexploração da força de trabalho; trabalho feminino; Teoria Marxista da Dependência; Teoria da Reprodução Social.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the intensification of the super-exploitation of female labor power within the framework of Brazilian dependent capitalism, drawing on a theoretical dialogue between Marxist Dependency Theory (MDT) and Social Reproduction Theory (SRT). The dependent condition of Latin American economies is understood as a historical and structural unfolding of the dynamics of global capitalism, whose reproduction is sustained through systematic mechanisms of super-exploitation of labor power. Through an articulation between MDT, which elucidates the structural violation of the value of labor power in dependent formations, and SRT, which situates women's oppression within the broader process of capital's social reproduction, this study argues that the super-exploitation of female labor assumes specific and gendered determinations. Manifested in the precarization of working conditions, persistent wage inequality, and the intensification of women's total working time, such super-exploitation articulates exploitation in the sphere of paid labor with the disproportionate burden of unpaid domestic and care work, thereby revealing the gendered foundations of accumulation in dependent capitalism.

Keywords: dependent capitalism; superexploitation of labor power; female labor; Marxist Dependency Theory; Social Reproduction Theory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Periódicos selecionados.....	48
Quadro 2 - Termos chave em português	49
Quadro 3 - Termos chave em espanhol	49
Quadro 4 - Resultados das Buscas por termo livre	49
Quadro 5 - Resultados do cruzamento entre os termos para as revistas em português ..	51
Quadro 6 - Resultados do cruzamento entre os termos para as revistas em espanhol	51
Quadro 7 - Tipo de publicações.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho, por sexo.	85
Tabela 2 – Indicadores de rendimento médio real da força de trabalho, por sexo.	87

LISTA DE FIGURAS

Quadro-síntese 1 - Relação de artigos incluídos na revisão sistematizada segundo autor, ano, objetivos do estudo, e método, segundo as abordagens sobre dependência, superexploração da força de trabalho e trabalho feminino.....	54
---	-----------

LISTA DE SIGLAS

- CEPAL. *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*
- DIEESE. *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos*
- EUA. *Estados Unidos da América*
- IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*
- ONU. *Organização das Nações Unidas*
- ORM-Polop. *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária*
- PCB. *Partido Comunista Brasileiro*
- PNAD. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*
- PSI. *Processo de substituição de importações*
- TMD. *Teoria Marxista da Dependência*
- TRS. *Teoria da Reprodução Social*

Sumário

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – BASES TEÓRICAS DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA MULHER.....	18
1.1. Origens e fundamentos da Teoria Marxista da Dependência.....	18
1.2. Superexploração da força de trabalho e dependência: uma perspectiva teórica	22
1.3. As controvérsias sobre a superexploração da força de trabalho.....	26
1.3.1. A generalização da superexploração da força de trabalho	26
1.3.2. Superexploração da força de trabalho: discussão entre Jaime Osorio e Claudio Katz.....	32
1.4. O papel da mulher na sociedade capitalista	36
1.4.1. Vânia Bambirra e a opressão das mulheres no capitalismo	36
1.4.2. Uma década de debate: o surgimento das feministas socialistas.....	39
1.4.3. Teoria da Reprodução Social e a opressão às mulheres.....	42
CAPÍTULO 2 – A LITERATURA MARXISTA E A ABORDAGEM DA EXPLORAÇÃO DAS MULHERES.....	48
2.1. Metodologia para a Revisão sistematizada de artigos científicos	48
2.1.1. Resultados gerais dos 12 artigos incluídos na revisão	54
2.2. Abordagem sobre a dependência	56
2.3. Abordagem sobre a superexploração da força de trabalho.....	58
2.4. As abordagens do feminismo marxista sobre a origem e exploração da força de trabalho da mulher	62
2.4.1. Gênero e Patriarcado.....	62
2.4.2. Divisão Sexual do Trabalho e Superexploração	66
2.4.3. Teoria da Reprodução Social	75
2.5. Discussão sobre as abordagens à luz da Teoria Marxista da Dependência e da Teoria da Reprodução Social.....	79
CAPÍTULO 3 – DISCUSSÃO SOBRE A ABORDAGEM DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	83
3.1. Inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro: participação, desocupação e precarização	83
3.2. Superexploração e reprodução social: convergências teóricas entre TMD e TRS.....	89
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

INTRODUÇÃO

A dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada por crises e pela precarização generalizada do trabalho, impõe desafios para a sua compreensão. No contexto do capitalismo dependente latino-americano, a acumulação assume contornos particulares, definidos pela condição de dependência. Assim, no Brasil, a persistência das desigualdades pode ser compreendida como expressão de sua posição subordinada na economia mundial. Neste contexto, a condição das mulheres trabalhadoras emerge como um dos elementos que sustentam esse padrão de acumulação.

A partir desse cenário, este trabalho tem como objetivo examinar criticamente como a literatura marxista tem abordado a intensificação da superexploração da força de trabalho feminina no capitalismo dependente brasileiro, à luz do diálogo entre a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Teoria da Reprodução Social (TRS).

Ancorado nas contribuições de Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra, assume-se que a economia dependente, para compensar as transferências de valor decorrentes do intercâmbio desigual no mercado mundial, recorre sistematicamente à violação do valor da força de trabalho. Neste processo engendra-se a superexploração da força de trabalho, caracterizada pela remuneração abaixo de seu custo de reprodução, pelo prolongamento da jornada e pela intensificação o ritmo de trabalho.

Contudo, do ponto de vista do trabalho feminino, observou-se que a literatura tradicional da TMD não discute de forma particular essa realidade. Portanto, para preencher esta lacuna, recorreu-se à Teoria da Reprodução Social, especificamente às contribuições de Lise Vogel, que situa a opressão às mulheres no interior da dinâmica de reprodução do capital, especialmente no que se refere à reprodução da força de trabalho. Ao posicionar o trabalho doméstico não remunerado no centro da análise, Vogel permite compreender como a reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho é parcialmente deslocada para a esfera familiar. Assim, argumenta-se que a superexploração também se apoia na divisão sexual do trabalho e na transferência dos custos de reprodução para a esfera doméstica, recaindo desproporcionalmente sobre as mulheres.

A obra selecionada de Vogel, *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, publicada em 1983, compõe a “busca feminista-socialista por uma explicação teórica única e integrada tanto da opressão às mulheres quanto do modo de produção capitalista”

(FERGUSON; MCNALLY, 2022, p.65) e é “uma das primeiras contribuições para a construção dessa abordagem (...) seu livro é a elaboração teórica pioneira mais robusta e fundamentada dessa problemática baseada na arquitetura conceitual d’O Capital de Marx”. (FERGUSON; MCNALLY, 2022, p.65)

Para desenvolver a análise proposta, o trabalho está dividido em três seções. O primeiro capítulo dedica-se a apresentar o arcabouço teórico utilizado. Recuperam-se as origens e fundamentos da TMD, distinguindo-a das teses cepalinas e apresentando os mecanismos de superexploração da força de trabalho. Ainda neste capítulo, apresenta-se a TRS, a partir da obra de Lise Vogel, a fim de explicar alguns aspectos sobre como a opressão às mulheres se articula no capitalismo; além disso, a seção também introduz algumas discussões que atravessaram as décadas de 1960 e 1970 sobre a opressão e exploração das mulheres.

O segundo capítulo apresenta uma revisão sistematizada da literatura marxista contemporânea, analisando criticamente como as categorias de dependência, superexploração e trabalho feminino têm sido tratadas nos principais periódicos acadêmicos. A partir da análise dos artigos selecionados, observa-se que os autores da TMD focam nos mecanismos econômicos sem incorporar o gênero, enquanto autoras feministas debatem a precarização do trabalho feminino sem necessariamente conectá-la à estrutura da dependência e da superexploração da força de trabalho, como definida pela TMD.

Por fim, o terceiro capítulo realiza a discussão sobre a abordagem da superexploração da força de trabalho feminina e seus desdobramentos na realidade brasileira, por meio da análise de dados estatísticos do mercado de trabalho pago, tais como participação, desocupação, rendimento e a jornada de trabalho. O capítulo também trata da síntese teórica de como o trabalho reprodutivo não pago das mulheres atua frente da superexploração, permitindo que o capital se aproprie do fundo de consumo da classe trabalhadora em prol da manutenção da acumulação.

CAPÍTULO 1 – BASES TEÓRICAS DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA MULHER

Este capítulo tem como objetivo apresentar as bases históricas e teóricas da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Teoria da Reprodução Social (TRS) para compreensão da superexploração da força de trabalho feminina no Brasil, evidenciando a problemática que envolve a exploração do trabalho da mulher.

Para tanto, a abordagem se organizará em três seções. A primeira visa estabelecer as origens e fundamentos da TMD, bem como suas principais divergências ao pensamento cepalino. A segunda parte tratará de apresentar as categorias *superexploração da força de trabalho e dependência* a partir do pensamento de Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini. À última parte, por seu turno, caberá a apresentação da TRS, a partir das formulações de Lise Vogel.

1.1. Origens e fundamentos da Teoria Marxista da Dependência

Os movimentos que influenciaram as formulações da Teoria Marxista da Dependência (TMD) constituem um momento histórico singular: as décadas de 1950 e 1960 caracterizaram-se pelos processos de luta anti-imperialistas na América Latina, sobretudo diante das possibilidades históricas que poderiam ser forjadas dado o êxito da revolução cubana (MARTINS, 2011). Adicionalmente, já se revelava o esgotamento do processo de industrialização por substituição de importação (PSI), principalmente no que se refere a entrada massiva de capital internacional nas economias da região, promovendo transformações significativas nesse sentido, além de uma conjuntura que apontava para as crises econômicas e instabilidades políticas que se estabeleceriam. (BAMBIRRA, 2024; MARINI, 1992)

A década de 1960, em especial, configurou um cenário derrotista para as posições do campo da esquerda, constituído, sobretudo, pelos partidos comunistas associados à Terceira Internacional, pelo foquismo e pelas propostas da CEPAL. O ambiente político permeado pelas ditaduras e a notória ampliação das desigualdades sociais, propiciou o surgimento da Escola da Dependência, constituída por pensadores de vertente marxista e outros de orientação weberiana. (TRASPADINI e STEDILE, 2022, p.44)

Do ponto de vista marxista, as principais referências da TMD foram Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotonio dos Santos; os três fundadores foram dirigentes da ORM-Polop

no começo dos anos 1960, e questionavam as posições etapistas e dogmáticas tomadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como debatiam criticamente o caráter do desenvolvimento proposto pela CEPAL. Eles sustentavam que a revolução brasileira deveria ter caráter socialista, opondo-se à tese do papel da burguesia interna como um agente revolucionário (LUCE, 2018, p.09, nota 01). As formulações dessa vertente se baseavam:

(...) no materialismo dialético e histórico, como método explicativo de ação transformadora, e na teoria do desenvolvimento do imperialismo, explicavam o caráter estrutural e permanente do desenvolvimento capitalista desigual, necessário para que esse modo de produção permaneça alcançando seus fins: a apropriação privada da riqueza e da renda, baseada na superexploração do trabalho. (TRASPADINI e STEDILE, 2022, p.45).

No mesmo sentido, Carcanholo (2013) explica que as bases teóricas da TMD se delimitam essencialmente pela lei do valor de Marx e pela teoria do imperialismo:

Teoria marxista da dependência é o termo pelo qual ficou conhecida a versão que interpreta, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, na teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro–periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial. (CARCANHOLO, 2013, p.192)

A Teoria Marxista da Dependência, à medida em que se vale da unidade dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, enquanto dois processos intrinsecamente vinculados dentro do modo de produção capitalista, conduz ao entendimento de que a dinâmica no seio da formação histórica da América Latina deve, portanto, corresponder às necessidades e interesses do capitalismo internacional, este que, por sua vez, também delimitaria o progresso na região, por meio de suas alianças internas. Tal como expressa Bambilra (2024):

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais. (BAMBIRRA, 2024, p.33)

Logo, “o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.” (MARINI, 1973, p.02)

Em um primeiro momento, a América Latina se concentrou na produção de metais preciosos e gêneros exóticos, posteriormente, como resultado da revolução industrial, a

dependência se manifestaria pela produção e exportação de bens primários, em particular bens alimentícios e matéria-prima, em troca de produtos manufaturados. Conforme aponta Marini, a industrialização europeia não poderia ter ocorrido sem que os países latino-americanos se inserissem na divisão internacional do trabalho como fornecedores de uma grande oferta de meios de subsistência, pressionando para baixo o valor real da força de trabalho e de matérias-primas industriais nestes países. Portanto:

(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (MARINI, 1973, p.6)

Portanto, a consequência da incorporação da América Latina ao sistema capitalista engendrou uma mudança qualitativa para os países centrais, pois propiciou o deslocamento da acumulação no sentido da produção de mais-valia relativa (por meio da queda dos preços dos alimentos) e, para além disso, da oferta abundante de bens primários decorreu uma acentuada queda nos preços destes produtos, enquanto os preços dos produtos industriais não apresentaram grandes variações no mercado internacional.

Com efeito, é a relação com os centros capitalistas europeus, sobretudo a posição em que se encontra na divisão internacional do trabalho, o determinante para as possibilidades de desenvolvimento na região:

(...) é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 1973, p.04)

Com relação às divergências com a CEPAL, a questão sobre a deterioração dos termos de troca representou um dos pontos de divergência entre as formulações. Tanto que, ao tratar do assunto, Marini destaca que “Celso Furtado tem comprovado o fenômeno, sem chegar a retirar dele todas as suas consequências” (MARINI, 1973, p.46).

Marini (1973) ressalta que em países como o Brasil, por mais que o processo de industrialização tenha possibilitado uma extensão do mercado interno, jamais se conformou uma verdadeira economia industrial, dado que não garantiu um desenvolvimento econômico significativo na região. A indústria se manteve subordinada às atividades primárias, estas sim que configuravam o centro da acumulação. (MARINI, 1973, p.21)

O pensamento cepalino sobre os problemas das economias latino-americanas surge como contraposição ao esquema de desenvolvimento liberal baseado na Teoria das Vantagens Comparativas formulada por David Ricardo, uma vez que tal instrumental era utilizado comumente para ratificar a posição latino-americana de produtora de bens primários. Contudo, sem lastro na realidade, a consequência do liberalismo econômico não poderia ser outro:

Ao contrário do que afirmavam as teorias das vantagens comparativas, o resultado dessas práticas era um lento e progressivo descenso dos preços dos produtos primários em relação aos industriais, que se acelerava durante as crises da economia mundial. De 1876-1880 a 1911-1913, os preços dos produtos primários haviam se deteriorado em relação aos produtos industriais, caindo de um índice 100 para 85,8. (MARTINS, 2011, p.216)

O crescimento econômico cada vez mais obstaculizado nos países periféricos gerou o acúmulo de tensões sociais, tais que desembocaram em discussões sobre o papel do Estado e a possibilidade de existência de uma burguesia nacional revolucionária, capaz de subverter a ordem no sentido de seus interesses (que, em tese, deveriam ser diferentes daqueles das oligarquias agroexportadoras). Entre 1940 e 1950, o resultado foi no sentido da redefinição das políticas internas, o novo paradigma denominou-se “nacional-desenvolvimentismo, que teve sua mais alta expressão e seu centro de difusão na CEPAL. Os grandes formuladores do pensamento cepalino, em sua fase inicial, foram Raúl Prebisch e Celso Furtado” (MARTINS, 2011, p.217)

Este paradigma, todavia, apresentava como solução para a dependência latino-americana o fortalecimento do processo de industrialização, este que deveria ser forjado pelo Estado nacional, como alternativa à falta de uma burguesia nacional forte e ao desinteresse do capital estrangeiro. Nesse contexto, ocorreria a substituição gradual das importações, na seguinte ordem: bens de consumo leves, bens de consumo duráveis e bens de capital. Entretanto, na medida em que o processo de substituição de importação avançava, as necessidades de exportação para sustentar esta indústria também, tal que se apresentava como um problema essencialmente fruto da dependência: a deterioração dos termos de troca que, para Prebisch e Furtado, ocorria: (i) pela baixa elasticidade-renda dos produtos primários; (ii) pelo excedente de mão de obra rural; e (iii) pelas diferenças entre a organização dos trabalhadores e empresários nos países centrais e periféricos. (MARTINS, 2011)

Em síntese, a análise cepalina se distancia sobremaneira da TMD na medida em que, por mais que questione alguns dos problemas que permeiam a realidade latino-americana e a situação de dependência, a resposta dada reforça as relações capitalistas (e, mais importante,

não visa rompê-las), além de não questionar as relações estabelecidas no marco do mercado mundial para o diagnóstico da deterioração dos termos de troca. Ademais:

Segundo o autor [Marini], ao contrário do que supunha a Cepal, a tendência no capitalismo era a de repassar os aumentos de produtividade aos preços. Isso é assim em razão da concorrência que alimenta o sistema e impõe à cada capital particular as leis do capital em geral. Para o autor, é a partir da concorrência que se deve entender a redução dos preços e a deterioração dos termos de troca. (MARTINS, 2011, 241)

Marini (1973) ainda ressalta que em países como o Brasil, por mais que o processo de industrialização tenha possibilitado uma extensão do mercado interno, jamais se conformou uma verdadeira economia industrial, dado que não garantiu um desenvolvimento econômico significativo na região. (MARINI, 1973, p.21)

Consequentemente, enfatiza que a abordagem da “insuficiência de capitalismo” e a solução da industrialização, na verdade, aprofundariam a dependência, não podendo, portanto, ser a alternativa para a superação da condição subordinada em que se encontram as nações latino-americanas. Tal como expressa Marini:

A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (Marini, 1973, p.04)

Diante do exposto, é válido notar que as origens da Teoria Marxista da Dependência, bem como as contribuições sobre as formações sociais latino-americanas por ela dispostas, apontam para uma teoria crítica aos movimentos que atenuam ou potencializam os impasses intrínsecos oriundo da posição de subordinação que fora submetida a região dentro da lógica da acumulação capitalista, mas que também não se desvencilha da conjuntura em que se insere e não se abstém de refletir concretamente as transformações necessárias ao sistema.

1.2. Superexploração da força de trabalho e dependência: uma perspectiva teórica

A articulação entre o nacional e o internacional se postula, então, como essencial para a compreensão do desenvolvimento desigual – entendido como desdobramento da lei do valor e do modo de produção capitalista (LUCE, 2018).

Como o desenvolvimento das economias latino-americanas se forja a partir das necessidades de expansão e reprodução do capitalismo internacional, o próprio sentido da colonização destes países estabelece, em grande medida, a natureza das relações que se

fundaram: comercial e capitalista; uma vez que decorrem da expansão e sedimentação do capitalismo mercantil, no sentido de alavancar a acumulação, dado que as metrópoles europeias não tinham capacidade endógena para expansão de seus mercados.

Nesse cenário, tais economias se tornavam retaguardas das metrópoles, e sua inserção ao mercado mundial se dava em uma estrutura já existente. Dessa forma, a dependência deve ser:

(...) entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 1973, p.4)

Decerto, o vínculo estabelecido entre estes países não pode ser explicado fora da unidade dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento,

Ou melhor, entende que esse processo pressupõe desenvolverem-se determinadas economias – no sentido do desenrolar das leis gerais do modo de produção capitalista – em ritmo mais acelerado do que outras. (CARCANHOLO, 2013, p.193)

Marini (2012) delimita:

Ao me referir à economia dependente, tenho em vista a forma atual que esta assumiu depois de que, em seu seio, se conformou um setor de produção para o mercado interno que assumiu progressivamente o papel hegemônico na dinâmica econômica. (MARINI, 2012, p.21)

Nesse sentido, sob as determinações da divisão internacional do trabalho, a dependência é essencialmente uma condição para a existência do sistema capitalista, deste modo, à luz das leis que regem o modo de produção capitalista, a expansão da acumulação nos países centrais é possibilitada em detrimento das economias dependentes, apontando, portanto, para o fato de que o subdesenvolvimento é componente intrínseco deste sistema. (CARCANHOLO, 2013, p.193-194)

Por sua vez, Bambirra (2024) conceitualiza a categoria dependência como:

(...) a categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuramos definir o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre o centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes. (BAMBIRRA, 2024, p.38)

A partir disso, a autora aponta que, mesmo que a *situação de dependência* perante os países centrais seja a mesma para os países latino-americanos, se torna necessário entender como esta situação se expressa nestes países. Dessa forma, elabora uma tipologia histórico-estrutural das “estruturas dependentes latino-americanas a partir do pós-guerra”. Tal abordagem considera dois aspectos: (i) tais países são parte integrante do sistema capitalista mundial, tendo seu desenvolvimento submetido a este mesmo sistema; e (ii) a dependência condiciona as estruturas internas dessas sociedades. (BAMBIRRA, 2024, p.39-40)

Dessa metodologia, a autora identifica três tipos de sociedades dependentes. Os países de “Tipo A” denominados *países com início antigo de industrialização*, são aqueles que iniciaram o processo de industrialização antes do pós-guerra, que engloba: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. (BAMBIRRA, 2024, p.58) Os países de “Tipo B” se enquadram aquele que iniciaram o processo de industrialização depois do pós-guerra. E os países de “Tipo C” que se mantiveram agroexportadores e não avançaram na diversificação industrial. (BAMBIRRA, 2024, p.60) A autora explica:

Utilizamos esse critério em coerência com a postura metodológica que adotamos e que buscamos definir na primeira parte, ao explicitar que a dependência econômica engendra os parâmetros das possibilidades estruturais. Pois bem, desde a primeira Revolução Industrial, o sentido do desenvolvimento de qualquer sociedade passou a ser dado pela indústria manufatureira. Porque a indústria é a base econômica de um sistema social novo, o capitalismo, que por sua força e dinamismo tinha as condições de se impor, subjugar e liquidar os demais sistemas. E isso devido à grande capacidade que a revolução das forças produtivas engendrava, gerando formas superiores de domínio da natureza, de relação entre as classes e entre os indivíduos. (BAMBIRRA, 2024, p.61)

Aqui, vamos abordar alguns aspectos dos países de tipo A, uma vez que é a categoria que se enquadra o Brasil. Bambirra (2024) caracteriza tais economias como aquelas que a industrialização foi impulsionada a partir das transformações no setor primário-exportador, em que o mecanismo de substituição de importações foi fundamental. Uma das transformações a que foram submetidos esses países, diz respeito à organização social da produção, a partir da generalização das relações capitalistas, e logo a compra da força de trabalho (expressa pelo pagamento de salários) aliada a expansão do mercado de trabalho.

A proletarização expressa o processo de penetração do capitalismo no campo – que, embora em vastas regiões passe a ser predominante, não elimina completamente as relações pré-capitalistas ou semi-servi (...). Por outro lado, essa proletarização também se torna possível e necessária porque corresponde à melhor forma de entrelaçamento entre

os países dependentes e os países capitalistas avançados”
(BAMBIRRA, 2024, p.68)

Desta transformação, embora novas classes surjam nas sociedades latino-americanas, o movimento de expansão do mercado interno e a evolução das relações capitalistas nestes países expressam que “a situação de dependência em relação aos centros hegemônicos condicionou os marcos gerais das estruturas econômicas produtivas dos países atrasados e como, ao mesmo tempo, estas estruturas são redefinidas em função das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo dependente” (BAMBIRRA, 2024, p.74).

Dentro deste contexto, a inserção da América Latina na lógica da acumulação mundial, conforme apresentado, não tem como razão meramente suprir as necessidades físicas da produção capitalista; esta relação, ao ser analisada sob o prisma da dependência, se estabelece justamente no sentido de proporcionar às economias centrais um grau superior de expansão da produção e da circulação de mercadorias, culminando em um novo eixo de acumulação por meio da produção de mais-valia relativa, e contraditoriamente obrigando as economias periféricas a manter sua produção com base na superexploração da força de trabalho. Como bem observado por Luce (2018):

Em outras palavras, ao se tornar mundial o mercado capitalista configura-se como uma totalidade integrada. Entretanto, ao segmentar-se entre economias industriais e não industriais (mais tarde, economias industriais imperialistas e economias industriais dependentes), tal totalidade revela-se uma mesma totalidade integrada, porém diferenciada. (LUCE, 2018, p.28)

Por sua vez, a mais-valia relativa é definida como “uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho” (MARINI, 1973, p.07).

Isto é, torna-se indispensável para o aumento da mais-valia relativa, além do aumento da produtividade, a redução do valor dos bens-salário, pois, dessa forma, conservando a mesma jornada de trabalho, a relação entre o trabalho excedente (a mais-valia) e o trabalho necessário (o capital variável – os salários) se dará em sentido favorável ao capitalista – a redução da segunda, invariavelmente, acarreta o aumento da primeira. À vista disso, a América Latina ao se integrar ao mercado mundial como produtora de alimentos se localiza como parte fundamental do processo de acumulação nos países centrais.

Logo, uma das formas para reverter as consequências da troca desigual no mercado internacional sobre o lucro, é justamente a exploração da força de trabalho dentro das

economias subordinadas. Assim, a categoria superexploração da força de trabalho pode ser entendida como:

A superexploração é um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo, quando o mesmo mecanismo se caracteriza pela centralização do poder nas mãos de grandes mandatários do capital, provenientes das economias tecnologicamente mais desenvolvidas. (...) Enquanto a exploração deve ser entendida como mecanismo de criação de valor na sociedade capitalista baseada no trabalho assalariado, apropriado pelos capitalistas privados, a superexploração é o mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para compensar suas perdas nas relações econômicas internacionais. (TRASPADINI, STEDILE, 2022, p.50)

A partir das formulações de Ruy Mauro Marini, Traspadini e Stedile (2022) sintetizam, portanto, que a exploração do trabalho na América Latina se observa por meio do mecanismo de “pagamento de um salário que não permite a reprodução adequada da vida do trabalhador” (TRASPADINI, STEDILE, 2022, p.52).

Por fim, Luce (2018) elenca as formas em que a superexploração se manifesta na realidade das economias dependentes, são elas: (i) pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; (ii) prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; (iii) aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais; e (iv) hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho.

1.3. As controvérsias sobre a superexploração da força de trabalho

1.3.1. A generalização da superexploração da força de trabalho

O contexto de crise econômica acendeu o debate sobre as interpretações da categoria superexploração da força de trabalho enquanto fenômeno exclusivo das economias dependentes, uma vez que se discute seu entendimento também para o que ocorre atualmente nas economias centrais (NOGUEIRA, 2021, p.151).

Marini em “Processos e tendencia da globalização capitalista” (1996) apresenta “uma tese a respeito da globalização e conseqüente generalização da superexploração da força de trabalho e sua extensão a países centrais” (NOGUEIRA, 2021, p.152); no entanto destaca que, evidentemente, tal processo ocorreu de forma distinta entre países centrais e dependentes.

O autor entende que o avanço das inovações e a conseqüente difusão tecnológica, ao homogeneizar o processo produtivo e resultar na queda dos preços, cria dentro dos setores da economia “novas condições de concorrência” visando lucros extraordinários. Esta dinâmica, evidentemente, favoreceu os países centrais, na medida em que detinham domínio do mercado mundial. Todavia:

Nos países centrais, a supressão das barreiras acelerou a rotação do capital, ao abrir novos espaços de circulação de bens, serviços e força de trabalho. O controle e monopólio da tecnologia garantiram novos mercados, transnacionalizaram a produção e aumentaram os ganhos em concorrência. No entanto, esse processo criou contradições inerentes à própria lógica de acumulação de capital, agravando as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora desses países, já que a transferência da produção a países dependentes reduziu a oferta de postos de trabalho, aumentando o desemprego.

Nos países dependentes, os limites internos de produção e circulação de bens, atribuídos à superexploração da força de trabalho, agudizaram os efeitos da crise do capital que se instalava no mercado mundial. A nova divisão internacional do trabalho, promovida pela globalização, foi acompanhada pela abertura comercial e financeira. Os diferenciais de produtividade e a falta de desenvolvimento tecnológico intensificaram a dependência nesses países, que se traduziu no aumento da transferência de mais-valor. (NOGUEIRA, 2021, p.153)

Ainda que se considere a “generalização” da superexploração da força de trabalho, é indiscutível que a forma que tal se desenvolveu nas diferentes economias é distinta: por um lado, nos países centrais a superexploração aparece como uma das contradições inerentes da acumulação de capital; de outro, nas economias dependentes a superexploração deriva como um mecanismo de extração de mais-valia interna frente à transferência de valor desigual. (NOGUEIRA, 2021, p.157)

Partindo desta introdução, este item visa apresentar as diferentes interpretações sobre a generalização da superexploração da força de trabalho. Para tanto, Nogueira (2021) apresenta a interpretação de três autores contemporâneos da TMD, são eles: Adrian Sotero Valencia, Jaime Osorio Urbina e Marcelo Dias Carcanholo.

Para Valencia, a superexploração da força de trabalho se estendeu para os países centrais, considerando o contexto de precarização no mundo do trabalho no decorrer dos anos. O autor identifica que este fenômeno aparece como uma contratendência frente a tendência decrescente da taxa de lucro em um cenário de crises econômicas (NOGUEIRA, 2021, p.158).

A queda da taxa de lucro e a acumulação acelerada só são diferentes expressões do mesmo processo na medida em que ambas expressam o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação, por sua vez,

acelera a queda da taxa de lucro na medida em que com ela está dada a concentração dos trabalhos em grande escala e, com isso, uma composição mais alta do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera a concentração do capital e sua centralização por meio da expropriação de capitalistas menores, da expropriação dos últimos produtores diretos que ainda disponham de algo a ser expropriado. Desse modo, acumulação se acelera na proporção de sua massa, ainda que a taxa de acumulação diminua juntamente com a taxa de lucro. (MARX, 2017, p.381)

Isto porque a acumulação de capital intensifica a exploração da força de trabalho, e leva ao aumento da composição orgânica do capital (na medida em que investimentos em tecnologia – ou capital constante – se sobrepõem ao trabalho – ou capital variável) e à concentração e centralização do capital, evidenciando a competição entre capitalistas. Sendo a tendência decrescente da taxa de lucro inerente à acumulação capitalista no sentido do desenvolvimento das forças produtivas, torna-se decisiva a existência de fatores que atuem contra este movimento: seja pelo aumento da mais-valia ou pela diminuição do capital constante.

Assim, segundo Valencia, superexploração nos países centrais é observada a partir da desestruturação do mundo do trabalho. Outro ponto levantado pelo autor é o surgimento de “novas periferias” após o fim da União Soviética, que foram submetidas também à superexploração, na medida em que se conforma uma nova divisão internacional do trabalho.

De acordo com Valencia, a superexploração pode ser conceituada de duas formas: constitutiva (países dependentes) e operacional (países centrais) e podem ser distinguidas pela produção ou não de mais-valia relativa:

Recuperando Marini (2005[1973]), Valencia (2012) destaca que, nos países dependentes, a superexploração será a forma de elevação de valor, diante da não produção de mais-valor relativo. Essa característica da produção de mais-valor deve-se às limitações da capacidade produtiva e da formação do mercado consumidor interno. Isso posto, o autor ressalta que a expropriação do fundo de consumo da força de trabalho, por meio do pagamento dos salários abaixo do valor de reprodução, será, portanto, a característica específica na exploração nos países dependentes.

Nos países centrais, o desenvolvimento das forças produtivas e o consequente aumento da produtividade do trabalho criam outras condições para a produção de mais-valor. Valencia (2012) afirma que, nessas economias, a produção de mais-valor relativo será a expressão da superexploração (VALENCIA, 2012, p. 185). (NOGUEIRA, 2021, p.160)

Em contrapartida, Nogueira (2021) aponta que o autor se utiliza do pressuposto de que o salário de reposição da força de trabalho se aproxima do salário médio nos países centrais, logo, não implica em redução de salários, mas não explica a forma de produção do valor nos

setores de meio de subsistência. Além disso, o autor aponta que os países centrais têm disponíveis outras formas de acumulação de capital, proporcionando assim uma taxa de mais-valia menor do que nos países dependentes.

Com relação à posição de Jaime Osorio, a generalização da superexploração da força de trabalho ocorre nos países centrais, porém, Nogueira (2021) destaca que se apresenta de formas distintas:

Para esse autor, nos países dependentes prevalece a superexploração sob a forma de pagamento de salários abaixo do valor, enquanto nos países centrais a superexploração expressa-se pelos mecanismos de prolongação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho. (NOGUEIRA, 2021, p.164)

Para Osorio, a “superexploração da força de trabalho é uma forma de exploração baseada na “violação” do valor da força de trabalho” (NOGUEIRA, 2021, p.164); isto é, valor abaixo ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir e reproduzir o trabalhador. E esta é a forma como ocorre sistematicamente na reprodução do capital das economias dependentes e reflete na “vida útil do trabalhador”. Por outro lado, nas economias centrais a exploração ocorre indiretamente, ainda gerando desgaste à vida do trabalhador.

Marini (1973) destaca que, na medida em que se torna crucial para a acumulação capitalista a criação de contra tendências à queda da taxa de lucro, a América Latina se insere como parte do mecanismo de contenção. Isto porque sua entrada no mercado mundial constituiu-se majoritariamente, em um primeiro momento, como provedora de matérias-primas e alimentos, intervindo na composição orgânica do capital das economias centrais. Neste aspecto, Osorio (2015) é assertivo:

2. Si además América Latina fue fundamental con su producción de materias primas, limitando el crecimiento de la composición orgánica del capital, lo que redundó, junto al primer punto, en morigerar las tendencias a la caída de la tasa de ganancia en el sistema mundial.

3. Todo esto tuvo como contracara en la región el incremento de la dependencia, la transferencia de valor y de la superexplotación, exacerbando la negatividad del capital. (OSORIO, 2015, p.43-44)

Tendo em vista esta dinâmica, Marini (1973) aponta que um aspecto proveniente do aumento da oferta mundial de matérias-primas e alimentos é o declínio dos preços destes bens em relação ao das manufaturas. Decerto, a natureza da transferência de valor como intercâmbio desigual encontra sua gênese na aplicação de mecanismos capazes de burlar a lei do valor, materializados pela lógica entre preço de mercado e preço de produção das manufaturas na concorrência intersetorial e intrasetorial.

No entanto, Nogueira (2021) avalia que há contradições nessa análise e levanta o questionamento de quais seriam as diferenças com relação à violação do valor da força de trabalho. Por seu turno, Valencia refuta tal definição, pois utilizar a violação do valor da força de trabalho como argumento deste debate é reduzir a categoria superexploração, para o autor. Carcanholo também refuta tal definição, indicando que “a transgressão da lei do valor está pressuposta na mesma lei” (NOGUEIRA, 2021, p. 166).

Por sua vez, Carcanholo avalia que nos escritos de Marini não é clara a distinção entre “superexploração, enquanto categoria, que atua compensando a transferência de mais-valor, e superexploração enquanto mecanismos de elevação da exploração da força de trabalho, por meio da remuneração abaixo do valor” (NOGUEIRA, 2021, p.169). Sendo assim, a generalização da superexploração da força de trabalho poderia se manifestar nos países centrais.

O autor ainda explicita que em Marx a superexploração não aparece enquanto categoria, mas como forma de compensar a transferência de mais-valia.

O autor esclarece que Marx faz uma análise buscando leis tendenciais, sem se ater às especificidades concretas de países, e suas determinações no âmbito do modo de produção capitalista, ainda que considere casos de produções com diferentes produtividades, e influenciados pela concorrência. (NOGUEIRA, 2021, p.170)

Assim, no caso dos países dependentes, a mais-valia produzida é apropriada e acumulada nos países centrais (por meio de lucros, juros, patentes, royalties etc.). Este mecanismo opera dentro da lógica da concorrência intrasetorial e intersetorial diante da tendência à equalização da taxa de lucro.

Amaral e Carcanholo (2009) apontam a apropriação do valor pelos países centrais ocorre pela diferença entre o trabalho socialmente necessário em cada uma delas no processo produtivo. Os países dependentes, ao necessitarem de mais trabalho vivo, produzirão mais valor (acima do valor médio). Enquanto os países centrais, na medida em que detêm alta composição orgânica do capital, produzem menos valor (abaixo do valor médio).

Contraditoriamente, quando se atinge o nível da apropriação da riqueza gerada, o processo tendencial se dá de maneira inversa: os países periféricos, embora produzam mais valor, não se apropriam dele, pois são incapazes de produzir mercadorias cujo valor esteja abaixo de seu valor de mercado; são, portanto, incapazes de reduzir seu TTSN. Inversamente, os países centrais, embora produzam menos valor, garantem sua apropriação baseados num TTSN que se encontra abaixo da média do setor, estando, assim, abaixo do VM da mercadoria A. (Ibid., p. 219)

A mesma lógica é observada no âmbito da concorrência intersetorial, ao passo em que as economias dependentes produzem acima do preço de produção:

O resultado desta matemática simples é o de que “uma parte das mercadorias se vende acima do valor na mesma medida em que a outra é vendida abaixo” (MARX, 1974, p. 179). Há, portanto, valor sendo produzido em (III) que não é acumulado dentro deste setor (que produz um valor de 160 unidades e só consegue realizar 150 unidades dadas pelo PP). Por outro lado, o setor (I) gera 140 unidades de valor e realiza 150 unidades dadas pelo PP. Então, recorrendo mais uma vez ao fato de que não é possível que um capital se aproprie de um valor que não foi gerado, as 10 unidades acumuladas em (I) só podem ser as mesmas 10 unidades expropriadas em (III). Esta ideia, novamente transposta para o nível do comércio internacional, leva-nos a afirmar, objetivamente, que a periferia (representada pelo setor III menos produtivo) produz valor que será apropriado nos países do centro (representados pelo setor I mais produtivo). (Ibid., p.220)

Em ambos os cenários, torna-se evidente que é a partir da subordinação das economias dependentes que se possibilita o incremento de produtividade e acumulação nos países centrais, principalmente na constituição da mais-valia relativa. Por outro lado, para garantir a sua própria dinâmica interna de acumulação, os países dependentes necessitam compensar as “perdas” de mais-valia absoluta por meio da intensificação da exploração do trabalho.

Feitos estes esclarecimentos, há quatro formas principais de superexploração do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada (e esta última parece ser a tendência) – que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam: a) o aumento da intensidade do trabalho; b) a prolongação da jornada de trabalho; c) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação capitalista – valendo o comentário de que este mecanismo atua no sentido de criar “condiciones através de las cuales el capital termina violando el valor de la fuerza de trabajo” (OSORIO, 2004, p. 95); e d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal. (Ibid, p.221)

Assim, pela ótica do autor, a superexploração se manifesta nos países centrais como mecanismo de incremento à mais-valia, enquanto nos nas economias dependentes é uma categoria, uma vez que é parte da reprodução do capital destes países.

1.3.2. Superexploração da força de trabalho: discussão entre Jaime Osorio¹ e Claudio Katz²

Como explicitado, entre os marxistas latino-americanos existem divergências e críticas à categoria superexploração da força de trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo. Neste tópico, nos deteremos ao debate entre Claudio Katz e Jaime Osorio.

Conforme visto acima, para Osorio, a superexploração é fundamental para entender o capitalismo dependente e a valorização do capital mundial, dado que se refere à violação do valor da força de trabalho, ou seja, ao pagamento de salários abaixo do valor que seria necessário para a reprodução normal dos trabalhadores. (OSORIO, 2018a, p.156)

Por sua vez, Katz (2017) revisita a TMD considerando os marcos atuais do capitalismo central e enuncia suas críticas à categoria superexploração da força de trabalho. A priori, o autor aponta para uma situação de dependência sem superexploração (KATZ, 2017, p.44), dado que, para este autor, não há remuneração abaixo do valor apenas uma “baixa remuneração” em determinados países.

Marx investigó la función de esas variantes en la acumulación primitiva y en la constitución del mercado mundial. Pero concentró sus estudios en el caso inglés, para develar la lógica laboral imperante en la era contemporánea. En esa indagación no dejó ninguna duda sobre la remuneración de la fuerza de trabajo por su valor.

(...) Es erróneo suponer que la superexplotación está presente en Marx como una ley inmanente del capitalismo (Nascimento, 2013: 115-127). Esa lectura no sólo diluye la lógica de la plusvalía. También contradice el propio enfoque de Marini, que observaba la remuneración por debajo del valor como una especificidad de la periferia. En la reinterpretación del fenómeno se lo presenta como un rasgo indistinto del capitalismo (KATZ, 2017 p.44)

Osorio discorre as inconsistências com a lei do valor em Marx proveniente da proposta de Katz. Primeiramente, apresenta os valores após uma jornada de trabalho: o valor produzido pela força de trabalho e o valor da força de trabalho em si – valor socialmente necessário. Em segundo lugar, Osorio aponta que já no livro 1 de O Capital se verifica a possibilidade de violação do valor da força de trabalho:

“Por agora, este método [fazer baixar o salário do operário por baixo do valor da força de trabalho – do autor], que desempenha um papel muito importante no movimento real dos salários, fica excluído de nossas considerações por

¹ Professor Titular. Departamento de Relaciones Sociales. Universidad Autónoma del México-Xochimilco. Contato: josorio@correo.xoc.uam.mx

² Economista, investigador del CONICET, profesor de la UBA, miembro del EDI. Su página web es: www.lahaine.org/katz

uma razão: porque aqui partimos do pressuposto de que as mercadorias, incluindo entre elas a força de trabalho, se compram e se vendem sempre por todo seu valor” (MARX, 1973, apud, OSORIO, 2018b, p. 71)

Nesse sentido, Osorio aponta que se retorna à discussão acerca das determinações da força de trabalho e em quais condições é possível considerar sua violação. O autor demonstra que de fato Marx assinala que suas análises partem do pressuposto de que todas as mercadorias são compradas e vendidas pelo mesmo valor justamente para explicar a geração de mais-valia e a exploração capitalista. (OSORIO, 2018a, p. 157) No entanto:

Situado en el análisis de la plusvalía relativa, lo que supone no alterar la duración de la jornada de trabajo, Marx señala que el capital puede prolongar el tiempo de trabajo excedente reduciendo el pago correspondiente al tiempo de trabajo necesario y que ello implica “hacer descender el salario del obrero por debajo del valor de su fuerza de trabajo” (Marx, 1973a: 251). Y agrega líneas más adelante que “por este camino, el trabajo excedente se prolongaría a costa de rebasar sus límites normales, (y) sus dominios se extenderían mediante una usurpación del terreno reservado al tiempo de trabajo necesario” (Marx, 1973a: 251). (OSORIO, 2018a, p.157)

Assim, é possível destacar que a existência do valor da força de trabalho sendo vendida abaixo do seu valor era uma possibilidade em Marx, dadas as devidas condições. O autor ainda destaca que a violação do valor da força de trabalho também implica que parte do fundo de consumo do trabalhador é transformada em fundo de acumulação de capital:

En definitiva, el supuesto señalado por Marx tiene sentido en la explicación cómo es posible la explotación en el modo de producción capitalista. Y allí, aun respetando el valor de la fuerza de trabajo, se genera plusvalor. Explicado este punto, el supuesto gana en matices, que el propio Marx se encarga de señalar, porque el capitalismo histórico, el que realmente se va desplegando¹, reclama superexplotar, con apropiaciones de parte del valor diario de la fuerza de trabajo, sea directamente en el pago de salarios por debajo de dicho valor (transfiriendo parte del fondo de consumo para convertirlo en fondo de acumulación), sea de parte del valor total, por prolongaciones de la jornada o de la intensidad laboral (apropiación del fondo de vida y de años futuros de trabajo). (OSORIO, 2019, p.58)

Outro elemento levantado por Katz é equiparando a ideia de superexploração à pobreza absoluta. Mais uma vez, superexploração da força de trabalho para Osorio remete à violação do valor da força de trabalho, esta que está “tensionada” por dois movimentos: o desenvolvimento de novos bens e a massificação do consumo deles. Logo os valores de uso que definem o valor da força de trabalho no século XIX são diferentes do século XXI. Isto não significa que os trabalhadores não poderão consumir outros elementos, porém, tal movimento será em detrimento de necessidades mais sensíveis à sua reprodução social. (OSORIO, 2019, p.59-60)

Por fim, na avaliação de Katz, categoria transferência de valor (sem intercâmbio desigual) seria central para a TMD e raiz da dependência – tal visão é oposta àquela proposta por Marini.

Do ponto de vista da transferência de valor como intercâmbio desigual, Osorio (2017) aponta que, apesar da ocorrência do processo de industrialização nas economias latino-americanas, a norma no padrão de especialização exportadora na região é a da manutenção das atividades derivadas de recursos naturais, como matérias-primas e alimentos; sendo que a produção de bens que demandam mais tecnologia se restringe apenas a algumas economias, como México e Brasil. Logo, reafirma a relevância dos mecanismos que sustentam o intercâmbio desigual entre as economias centrais e dependentes.

Outro aspecto destacado por Osorio é o fato de que prevaleceu na região o domínio do capital estrangeiro para constituição da estrutura produtiva local, vinculada especialmente à importação de máquinas e equipamentos. Neste contexto, não obstante a América Latina ainda se encontrar refém das suas atividades primárias, o acesso ao crédito internacional fora crucial para sustentar tal dinâmica, evidenciando, portanto, a vulnerabilidade externa característica da região. (OSORIO, 2017).

A partir desse cenário, Osorio (2015) evidencia dois aspectos problemáticos para a reprodução do capital: a tendência de queda da taxa de lucro e as sucessivas crises ocorridas. Como maneira de superação destes obstáculos, o aprofundamento da subordinação do trabalho de algumas regiões do mundo são decisivas e se configura, sobretudo, pelo maior fluxo de trocas no comércio internacional e expansão do capital financeiro para tais regiões.

O primeiro processo destacado por Osorio (2015) se refere, nas palavras do autor, à profunda derrota política do mundo do trabalho sobre o capital na América Latina, como reflexo da entrada das medidas neoliberais na região:

Pero por sobre todo, en América Latina, las políticas y ajustes neoliberales fueron la continuación de las políticas de contrainsurgencia, en su dimensión política, atomizando y desintegrando a la población trabajadora, agudizando el individualismo y la competencia en el seno del mundo del trabajo, alentando la multiplicación de sindicatos en una misma empresa, incrementando el temor a perder el trabajo y, con ello, alentando la desmovilización. (OSORIO, 2015, p.38)

Soma-se a este aspecto, o aumento da força de trabalho disponível a nível global, tanto pela incorporação do trabalho feminino e infantil quanto pela inserção chinesa no mercado, ocasionando um aumento acelerado da superpopulação relativa, principalmente pela

transferência das atividades produtivas para a China. Como consequência do aumento do excedente de trabalhadores foram favorecidas políticas de diminuição salarial, redução dos benefícios sociais e extensão e intensidade da jornada de trabalho. Assim, conforme explicita o autor, o capital estendeu a lógica de superexploração da força de trabalho para além das economias dependentes latino-americanas (OSORIO, 2015).

Ao mesmo tempo, a quarta revolução tecnológica modificou as relações de espaço-tempo para o capital, possibilitando maiores ganhos e possibilidades de investimento e operações ao redor do mundo. Notoriamente que o reflexo deste avanço se concretizou na maior segmentação produtiva e das cadeias globais:

Estos avances científicos y tecnológicos están en la base que permite la segmentación de los procesos productivos, esto es, la separación de las distintas fases o etapas de la producción de bienes, y su dislocación en diversas regiones y economías del planeta, buscando aprovechar la abundancia de trabajo barato, sea calificado o semicalificado. (OSORIO, 2015, p.41)

Esta dinâmica, por sua vez, estabeleceu uma Nova Divisão Internacional do Trabalho, em que os países centrais se localizaram na produção dos bens que requerem maior nível de tecnologia e qualificação da mão-de-obra, enquanto nos países dependentes predominou os segmentos industriais de menor qualificação técnica e, posteriormente, o regresso às atividades originais baseadas em recursos naturais, conjugado com uma industrialização frágil. No geral:

4. Para América Latina, lo más significativo de la Nueva División Internacional del Trabajo tiene que ver con su regreso, en nuevas condiciones, a lo que fueron sus orígenes en su inserción al mercado mundial capitalista, en tanto región productora de materias primas y alimentos.

5. Esta situación es acompañada, en pocas economías, como la mexicana y brasileña, con la presencia de algunos segmentos industriales referidos a la producción de partes en industrias de bienes durables, y también en otras economías, como la maquila y el ensamble de bienes industriales no durables.

6. Con esto el proyecto de industrialización, em tanto proyecto que cubriera desde bienes de fácil producción, hasta bienes intermedios y más tarde máquinas y herramientas, es definitivamente abandonado en la región. Ahora lo que predomina es la presencia de algunos segmentos industriales y no la de un proyecto orgánico y general de industrialización. (OSORIO, 2015, p.42)

Outro processo desencadeado pela tendência de queda da taxa de lucro se concentra na maior relevância que o capital financeiro detém contemporaneamente, isto porque a esfera especulativa sinaliza retornos fáceis frente ao investimento produtivo. E, na América Latina, tal se conforma da seguinte maneira:

2. El enorme peso alcanzado por estos capitales, en donde la privatización de los fondos de pensiones no ha sido ajeno, sin regulaciones sustantivas, permite

e elevar las cifras de ingreso de capital en la región y eleva también las notas de las empresas calificadoras. Todo ello deja a estas economías expuestas a los vaivenes especulativos, acrecentando la transferencia de valores e incrementando la volatilidad y la vulnerabilidad. (OSORIO, 2015, p.49-50)

Portanto, estas mudanças revelam a nova forma que assume a reprodução do capital, na medida em que as relações em nível mundial se subordinam a suprir as necessidades desta e, por conseguinte, aprofundam a dependência e a superexploração dos países latino-americanos.

1.4. O papel da mulher na sociedade capitalista

1.4.1. Vânia Bambirra e a opressão das mulheres no capitalismo

Inserida no contexto da década de 60 e dado seu exílio imposto pela ditadura militar (1964-1985), Vânia Bambirra aprofundou-se em suas elaborações sobre a dinâmica dos países dependentes da América Latina, seguiu sua militância na ORM-POLOP, e também formulou sobre as questões de gênero.

Neste mesmo período, Bambirra se debruçava sobre compreender a dependência e superexploração do trabalho nas economias latino-americanas. Por seu turno, as feministas-marxistas debatiam sobre a centralidade do ambiente doméstico como um lugar de exploração das mulheres na produção.

“Surgido no final da década de 1960, o Debate sobre o Trabalho Doméstico cristalizou a busca por localizar os fundamentos sociomateriais da opressão às mulheres nos termos e conceitos da Economia Política marxiana.” (FERGUSON, MCNALLY, 2022, p.58)

Em “*La mujer chilena en la transición al socialismo*” (1971), Bambirra destaca a relevância da publicação de Margaret Benston³, principalmente para os países capitalistas desenvolvidos, mas em alguns aspectos passível de reprodução nos países menos desenvolvidos e dependentes:

Todos estos análisis demuestran que, o la mujer es super-explotada cuando trabaja también fuera del hogar o, entonces, cuando esto no se verifica, "la mantención de su familia es una carga oculta del asalariado,

³ “A originalidade de Benston reside em propor uma compreensão desse trabalho como trabalho produtivo – um processo ou conjunto de atividades das quais depende a reprodução da sociedade (capitalista) como um todo. De forma simples: sem trabalho doméstico, os trabalhadores não podem se reproduzir e, sem trabalhadores, o capital não pode ser reproduzido. Não se pode subestimar a importância deste simples movimento. A formulação de Benston introduziu um quadro analítico no qual se podiam situar as experiências que as feministas de uma geração anterior, como Simone de Beauvoir e Betty Friedan, só puderam descrever. Intuindo o poder desse quadro, as feministas socialistas começaram, ao longo da década seguinte, a teorizar o trabalho doméstico como parte integrante do modo de produção capitalista.” (FERGUSON, MCNALLY, 2022, p.59)

su sueldo compra la fuerza laboral de dos personas", y que esta "labor no pagada en el hogar es necesaria para que todo el sistema funcione".

La conclusión única que se desprende de este análisis es la de que "la sociedad debe comenzar a tomar responsabilidades respecto a los hijos; la dependencia económica de la mujer y de los hijos del esposo-padre debe terminar. El otro trabajo que se da en la casa también debe ser cambiado - casinos comunales y lavanderías -, por ejemplo. Cuando semejante trabajo sea trasladado al sector público desaparecerá la base material para la discriminación de la mujer". (BAMBIRRA, 1971, s/l.)

Do ponto de vista social e político:

Os movimentos para a libertação da mulher encontram sua máxima justificação, portanto, na medida que sejam capazes de não se isolar e de se aglutinar com os demais movimentos populares, porque sabemos muito bem que os problemas de fundo da exploração da mulher não podem ser resolvidos meramente através de uma reelaboração das normas jurídicas. Crer nisso é compartilhar um enfoque tipicamente liberal. Os problemas de fundo da exploração da mulher só podem ser paulatinamente equacionados através da implementação de uma política econômica voltada para enfrentá-los na sua base material e isso significa a incorporação da mulher no processo produtivo, paralelamente à criação de todo um sistema de jardins de infância, lavanderias públicas, restaurantes populares, etc.. (BAMBIRRA, s/l, s/d.)

Em "*A propósito del año internacional de la mujer*", BAMBIRRA (1975), ao criticar diretamente certas correntes feministas que, segundo a autora, reduzem a opressão da mulher a um conflito entre gêneros, discute a posição das empregadas domésticas no capitalismo dependente e postula que esta categoria é a mais explorada do sistema, na medida em que não tem acesso aos eventuais direitos conquistados pelos proletariados.

Esta situación proviene del hecho de que, en países en donde el desempleo es una de las características básicas de funcionamiento del sistema, las hijas de los obreros y los campesinos, en su inmensa mayoría, sólo tienen como alternativa a la prostitución el empleo doméstico. A través de éste, las mujeres burguesas y pequeño burguesas pueden safarse de la "carga doméstica" que adviene de la organización social basada en el núcleo familiar. (BAMBIRRA, 1975, p.3-4)

Para tanto, faz um exercício de descrever três tipos de patroas: a tirana, a patroa-paternalista, e a patroa eficiente. Sua análise é categórica: "No hay por donde perderse: cualquier forma de relación patrona-empleada es super-explotativa, independientemente de los tipos de relaciones que las emascara." (BAMBIRRA, 1975, s.l.)

Em suas obras, Vânia Bambirra não apenas se ateve ao plano teórico, e como mencionado anteriormente, Bambirra era militante e trouxe essa característica para suas publicações. Em "*Liberación de la mujer y lucha de classe*", a autora deixa claro que a luta das

mulheres não é apenas das mulheres, tampouco uma guerra entre sexos opostos (mulheres contra homens):

La lucha por la liberación de la mujer es una lucha política y revolucionaria, que por ser una lucha en contra del sistema capitalista, que mantiene y necesita de la opresión de la mujer, está inserta en el contexto de la lucha de clases y tiene que ser dirigida por la clase obrera, a través de sus partidos y organizaciones de vanguardia.

(...) Los revolucionarios no se pueden olvidar de esta realidad: las mujeres obreras y trabajadoras tienen un doble motivo para ser revolucionarias, pues además de la explotación de clases están sometidas a la explotación en cuanto mujeres. "La teoría cuando penetra en las masas se torna fuerza material". Hay que divulgar la concepción marxista sobre la mujer. Hay que romper definitivamente los prejuicios que existen aún entre amplios sectores de la militancia política de izquierda sobre el tema, hay que mostrarles que el mantenimiento de una actitud machista y que lleva a ridiculizar y a rechazar el enfrentamiento de los problemas de las mujeres, es objetivamente una actitud de defensa de los valores burgueses y contrarrevolucionar! (BAMBIRRA, 1972, p.15)

Em seu Memorial Acadêmico⁴, Bambirra remonta:

Interessei-me também pela economia política da libertação da mulher. O feminismo estava em auge naquela época, mas, em geral, era muito mal focado teoricamente. Escrevi então dois artigos, "La Mujer Como Problema en la Transición al Socialismo" e "Liberacion de la Mujer y Luta de Clases", que foram publicados na separata da revista chilena Punto Final, 1971 e 1972.

Neles, tratava de desvincular a questão substantiva, que é a questão da dupla exploração da força de trabalho da mulher trabalhadora, da equivocada formulação dos movimentos feministas, que deforma o enfoque da questão ao não fazer uma diferenciação entre os vários tipos da "categoria mulher", propugnando uma absurda luta entre os sexos. Eu colocava, a análise do problema em termos de classes sociais e ia mais longe, ao destacar que, em definitiva, o duplo trabalho dentro e fora de casa - só seria superado com a industrialização da economia doméstica, o que pressupunha uma sociedade planejada, altamente desenvolvida, socialista. (BAMBIRRA, 1991, p.36)

Embora a bibliografia de Bambirra sobre o feminismo não seja extensa, a autora foi assertiva em suas formulações e vida: de um lado, inserida no seu tempo, analisando a questão das atividades domésticas e suas bases materiais, ensaiando o cenário para o debate dos anos de 1980 entre as feministas marxistas, de outro, a luta cotidiana pelo socialismo.

⁴ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/memorial-academico-e-indice-geral/memorial-academico-unb/>

1.4.2. Uma década de debate: o surgimento das feministas socialistas

Em “Marxismo e as opressão às mulheres: rumo à uma teoria unitária”, publicado em 1983, Lise Vogel (2022) introduz as condições sociais sob as quais o feminismo marxista da segunda onda se desenvolveu a partir dos anos 1960 e 1970:

Durante a Segunda Guerra Mundial, uma mobilização de emergência tinha empurrado as mulheres para uma variedade sem precedentes de novos papéis, muitos dos quais tradicionalmente reservados aos homens. Com o fim da guerra e o regresso dos soldados, a situação mudou dramaticamente. Os homens voltaram massivamente para a força de trabalho, empurrando as mulheres novamente para os piores postos de trabalho, ou mesmo para fora dele. (VOGEL, 2022, p.108)

De acordo com a autora, o nível de mulheres na força de trabalho nunca mais foi o mesmo no pós-guerra. O final da década de 1940 deflagrou uma nova situação no que diz respeito a intensificação da ideologia que posicionava a mulher no lar. Assim, a ênfase na domesticidade, projetada pela imagem da família feliz, em que à mulher ficava restrito o consumo de bens e o cuidado das crianças, não apenas reforçou o espaço da família nuclear, mas também a ideia de que a verdadeira identidade da mulher se resguardava às funções desempenhadas no âmbito familiar. Em suma:

Em um âmbito mais íntimo, o mito da família nuclear fomentou relações interpessoais caracterizadas pela hierarquia, opressão e isolamento, contribuindo assim, em uma dimensão psíquica, para a reconstrução da estabilidade no pós-guerra. (VOGEL, 2022, p.109)

Desta realidade surgiram tensões entre a ideia da família nuclear e a realidade das mulheres nos Estados Unidos da América (EUA). Assim, diante de tais condições sociais, o início da década de 1960 fomentou o aparecimento do movimento de mulheres no mundo todo em uma variedade de formas políticas, ideológicas e organizacionais (VOGEL, 2022, p.109). No entanto, foi apenas em meados da década de 1960 que o movimento de mulheres ultrapassaria o limite da ideologia burguesa. Isto porque se configurou no mundo um ambiente marcado por manifestações e pautas radicais:

Nos EUA, o ascenso dos movimentos de libertação negra, altamente sensíveis aos acontecimentos internacionais, convergiu com a intensificação da guerra no Vietnã. Insurreições urbanas periódicas, um combativo movimento antiguerra e a resistência à guerra dentro das próprias Forças Armadas abalaram o país. Enquanto isso, um ressurgimento maciço de protestos de esquerda varreu a Europa, na esteira do Maio de 1968 na França. E em todo o mundo, a Revolução Cultural chinesa inspirou uma nova geração de militantes sociais, que rejeitou as tentativas de resolver o descontentamento dentro dos limites da sociedade burguesa. A transformação social radical parecia estar na

agenda política imediata. Nesta conjuntura, surgiu nos EUA um “movimento de libertação das mulheres” (VOGEL, 2022, p.112)

O chamado movimento de libertação das mulheres, desde seus primeiros anos, apresentou divergências teóricas e estratégicas quanto ao papel das questões femininas na transformação social, dividindo-se em duas posições: uma que entendia a opressão feminina como parte da luta socialista, e outra que defendia a autonomia das questões de gênero, considerando a dominação masculina um problema específico e central. Dessa divergência surgiu uma clivagem teórica: feministas radicais enfatizaram o patriarcado, a sexualidade e os antagonismos sexuais como eixos estruturantes da vida social, enquanto as feministas socialistas buscaram articular o feminismo às análises socialistas em uma nova estratégia. (VOGEL, 2022, p.113-114).

Com relação às feministas socialistas, seus esforços iniciais para estabelecer uma perspectiva teórica focou nos seguintes elementos: “unidade familiar, no trabalho doméstico e na criação de crianças nas sociedades capitalistas contemporâneas”. (VOGEL, 2022, p.124)

Vogel (2022) explica que, embora publicado antes do desenvolvimento do feminismo socialista, a formulação inicial dessa perspectiva teórica se funda a partir do artigo “Mulheres: a revolução mais longa”, escrito por Juliet Mitchell em 1966 e publicado na *New Left Review*. Esse texto tornou-se uma importante influência teórica para o movimento feminista-socialista, mesmo com seus problemas, “a sua revisão perceptiva da literatura marxista clássica sobre as mulheres forneceu uma base a partir da qual foi possível confrontar tanto as versões mecanicistas do marxismo como a crescente influência do feminismo radical. (VOGEL, 2022, p.129)

Mitchell argumenta que tanto o marxismo clássico⁵ quanto *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir apresentavam limitações: o primeiro, por seu viés predominantemente econômico; o segundo, por sua ênfase psicológica idealista. Para superar esse impasse, Mitchell propõe compreender a condição feminina a partir de quatro estruturas interligadas – produção, reprodução, sexualidade e socialização – articulando economia, cultura e subjetividade em uma análise integrada da opressão das mulheres. (VOGEL, 2022, p.124-125) Por sua vez, Vogel (2022) traça sua crítica⁶ sobre a elaboração de Mitchell: “além disso, a forma como as quatro

⁵ De acordo com Vogel (2022), embora carregue limitações, “tomados como um todo, os escritos maduros de Marx constituem os princípios de uma base teórica para analisar a situação das mulheres desde o ponto de vista da reprodução social. O próprio Marx não desenvolveu, contudo, tal análise e nem deixou anotações significativas sobre o assunto” (VOGEL, 2022, p.218).

⁶ Para a crítica desenvolvida por Vogel sobre a proposta de Mitchell, ver: Vogel (2022)

estruturas se combinam para produzir uma unidade complexa permanece, em grande parte, não especificada, bem como abstrata e a-histórica” (VOGEL, 2022, p.128)

Já no final da década de 1960, no ponto alto do movimento de libertação das mulheres, segundo Vogel, Margareth Benston (1969) e Peggy Morton (1970) foram fundamentais na busca por explicar a base material da opressão das mulheres.

Segundo Benston, o trabalho doméstico não pago é o núcleo da posição subordinada das mulheres no capitalismo. Esse trabalho, embora produza bens e serviços necessários à vida, gera apenas valor de uso, e não valor de troca, dado que seus resultados nunca chegam ao mercado, portanto, exterior à economia monetária (por esse motivo, segundo a autora, a unidade família se caracterizava como pré-capitalista). Dessa forma, Benston sustentava que a família era uma unidade de econômica cuja função principal é produção de valores de uso e não o consumo destes. Desse modo, a libertação feminina, segundo ela, dependeria da socialização das tarefas domésticas, ou seja, da transformação desse trabalho em produção pública — quando o cuidado e o serviço doméstico se tornassem coletivos.⁷ (VOGEL, 2022, p.130-131)

Por sua vez, Morton (1970), a partir das formulações de Benston, redefiniu a análise da unidade doméstica, situando-a como parte do sistema capitalista, conforme explica Vogel:

Morton vê a família “como uma unidade cuja função é a manutenção e reprodução da força de trabalho”, o que significa que “a tarefa da família é manter a força de trabalho atual e fornecer a próxima geração de trabalhadores, dotados das habilidades e dos valores necessários para que sejam membros produtivos de força de trabalho” (Morton, 1971, p.214, 215-216) (VOGEL, 2022, p.132)

Com essa abordagem, Morton enfatizou que as mulheres não são periféricas, mas centrais para a economia capitalista, ainda que frequentemente ocupem posições precárias e mal remuneradas. Sua contribuição foi deslocar o foco do caráter pré-industrial do trabalho doméstico (como em Benston) para sua função ativa na reprodução do capitalismo, introduzindo um elemento dinâmico e de classe na discussão feminista-socialista.

Mariarosa Dalla Costa, em artigo publicado na Itália e nos EUA em 1972, levaria a discussão além, na medida em que não concordava com as posições que situavam as mulheres como meras produtoras de valores de uso.

A vigorosa insistência de Dalla Costa de que “o trabalho doméstico enquanto trabalho é produtivo no sentido marxista, ou seja, produz mais-valia”,

⁷ “Embora note que as mulheres participem do mercado assalariado, ela [Benston] considera tal produção como transitória e não central para a definição das mulheres enquanto grupo” (VOGEL, 2022, p.113)

intensificou uma controvérsia já latente no interior do movimento feminista-socialista. A discussão, que se tornou conhecida como o Debate sobre o Trabalho Doméstico, girou em torno do status teórico do trabalho doméstico não pago das mulheres e seu produto. (VOGEL, 2022, p.137)

O Debate sobre o Trabalho Doméstico não apenas centrou-se em demonstrar que o trabalho realizado pelas mulheres fosse considerado material e que contribuía para a reprodução das relações sociais, mas sobretudo, sendo seu maior trunfo o de demonstrar a possibilidade o emprego de categorias de O Capital na análise da opressão das mulheres, ou seja, dentro de um referencial marxista. No mais:

Em questão no Debate sobre o Trabalho Doméstico estava o problema de como a mercadoria força de trabalho é produzida e reproduzida nas sociedades capitalistas. Surgiram diferenças sobre a aplicação e o significado precisos das categorias marxistas na realização de uma análise desse problema. Em particular, a discussão centrou-se na natureza do produto do trabalho doméstico, sobre seu status teórico como trabalho produtivo ou improdutivo e na sua relação com o salário e com o trabalho realizado em troca de salários. (VOGEL, 2022, p.138)

Na medida em que o debate avançou, tornou-se possível estabelecer teoricamente que o trabalho doméstico, embora indispensável à reprodução social, não assume a forma social de trabalho produtor de valor. Portanto, ele não pode ser classificado como produtivo ou improdutivo nos termos marxistas. Com isso, várias das hipóteses sobre exploração direta das mulheres como “trabalhadoras domésticas” perderam força. (VOGEL, 2022, p.141)

Apesar disso, o debate deixou um legado importante: mostrou que o trabalho doméstico é materialmente essencial à reprodução das relações capitalistas e motivou novas perguntas sobre a articulação entre salário, família e força de trabalho. (VOGEL, 2022, p.164)

1.4.3. Teoria da Reprodução Social e a opressão às mulheres

Vogel (2022) apresenta as discussões entre as marxistas dos séculos XIX e XX sobre a opressão e libertação das mulheres em busca de uma a construção teórica coerente.

Como os capítulos anteriores demonstraram, a tradição marxista do século XIX e do início do século XX oferece apenas uma orientação teórica limitada sobre os problemas duplos da opressão às mulheres e da libertação das mulheres. Marcada por omissões e inconsistências, a literatura clássica não conseguiu confrontar as questões de uma maneira sistemática. Grande parte dela, além disso, baseia-se em uma compreensão inadequada da teoria do desenvolvimento social de Marx. Apesar de um compromisso geral com o marxismo, os comentaristas também tendem a hesitar entre as várias críticas diferentes da sociedade burguesa, notadamente, o socialismo utópico, o materialismo vulgar e o feminismo liberal. Em resumo, nenhum quadro teórico marxista estável foi estabelecido para a consideração da Questão das Mulheres pelos socialistas. (VOGEL, 2022, p.307)

Neste cenário, a autora apresenta as abordagens mais enraizadas sobre as questões de subordinação das mulheres dentro da literatura socialista: a perspectiva dos sistemas duplos e a perspectiva da reprodução social.

O ponto de partida da teoria dos sistemas duplos está em “a opressão das mulheres deriva de sua situação dentro do sistema autônomo de divisões sexuais de trabalho e de supremacia dos homens (...) perspectiva dominante entre a ala reformista do movimento socialista” (VOGEL, 2022, p.308, 314). A autora explica que esta posição tem como plano de fundo as “divisões do trabalho e de autoridade de acordo com o sexo, da opressão das mulheres à família” (VOGEL, 2022, p.309). Desta perspectiva, a opressão das mulheres decorre da relação das mulheres diretamente com os homens e seu envolvimento na divisão sexual do trabalho, independente da opressão de classe. E, isto refletido em cada classe dentro do modo de produção predominante⁸.

Por outro lado, com relação a perspectiva da reprodução social, a autora define:

a perspectiva da reprodução social parte de uma posição teórica – isto é, que a luta de classes em torno das condições de produção representa a dinâmica central do desenvolvimento social em sociedades caracterizadas pela exploração. Nessas sociedades, o mais-trabalho é apropriado por uma classe dominante e uma condição essencial para a produção é a existência e a renovação constantes de uma classe subordinada de produtores diretos comprometidos com o processo de trabalho.

Na maior parte dos casos, a reposição geracional fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para reabastecer essa classe; e a capacidade das mulheres de gerar filhos desempenha, portanto, um papel fundamental nas sociedades de classe. (VOGEL, 2022, p.310)

Dessa forma, é evidente que:

As famílias constituem a forma social historicamente específica por meio da qual a reposição geracional normalmente ocorre (...) A opressão feminina nas classes subordinadas deriva do envolvimento da mulher em processos que renovam os produtores diretos, bem como da sua participação na produção (...) O funcionamento específico dessa opressão é um tema de investigação histórica, e não teórica. (VOGEL, 2022, p.310-311)

Segundo a autora, entre ambas as perspectivas, a TRS é aquela mais alinhada aos escritos de Marx, principalmente, O Capital. No entanto, Vogel (2022) indica que “a

⁸ Ambos dados como elementos exógenos à opressão, como afirma Vogel (2022, p.309): “A perspectiva dos sistemas duplos implica que a opressão às mulheres é essencialmente independente das questões de classe”

demarcação entre as duas perspectivas sempre foi pouco nítida” e por muito tempo a teoria dos sistemas duplos prevaleceu entre as feministas socialistas.

Vogel (2022), antes de aprofundar sua discussão acerca da TRS, determina que existem conceitos a serem especificados para o entendimento da opressão às mulheres. Em primeiro lugar, o conceito de força de trabalho:

Marx define força de trabalho como algo latente em todas as pessoas: “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho deve-se entender o conjunto das capacidades mentais e físicas existentes em um ser humano, que ele exerce sempre que produz um valor de uso de qualquer espécie” (...) “Até aqui como o trabalho é criador de valor de uso, é trabalho útil, é condição necessária, independente de todas as formas de sociedade, para a existência do gênero humano”. A força de trabalho, que é simplesmente a capacidade de trabalho útil, é, portanto, também “independente de todas as fases sociais da existência [humana], ou melhor, é comum a todas essas fases” (Marx, 1971^a, p. 164, 43, 50, 179) (...) A sua potencialidade é realizada quando (...) é colocada em uso – consumida – no processo de produção. (VOGEL, 2022, p.324, 325)

Em segundo lugar, destaca que a reprodução da força de trabalho:

é uma condição da produção, pois recoloca ou repõe a força de trabalho necessária à produção. (...) Embora a reprodução da força de trabalho no âmbito da reprodução social total não implique necessariamente a reposição geracional, é nessa esfera teórica que deve ser localizada (...) Para uma sociedade de classes, o conceito de reprodução da força de trabalho pertence, estritamente falando, à manutenção e renovação da classe dos portadores de força de trabalho sujeitos à exploração (VOGEL, 2022, p. 326, 330, 332).

Com efeito, dado que “a reprodução capitalista exige que a força de trabalho esteja disponível como mercadoria passível de ser comprada” (VOGEL, 2022 p.348), Vogel aponta que uma característica fundamental da reprodução da força de trabalho e da opressão às mulheres reside no trabalho necessário ter dois componentes⁹.

O primeiro, denominado pela autora como “componente social do trabalho necessário” é exatamente aquele definido por Marx como o tempo que o trabalhador precisa realizar para produzir o equivalente ao valor de sua própria força de trabalho, isto é, o valor das mercadorias necessárias para garantir sua reprodução social. Entretanto, sobre o segundo componente, a autora destaca que não foi identificado por Marx: “componente doméstico do trabalho

⁹ Com relação a essa perspectiva: “Ao mesmo tempo, no entanto, Vogel cai na armadilha de argumentar que o trabalho doméstico é um componente do trabalho necessário no sentido em que Marx usou o termo n’O capital (VOGEL, 1983, p.152-154). Ela claramente errou aqui, como posteriormente reconheceu no artigo da revista Science & Society de 2000” (FURGSON; MCNALLY, 2022, p.83)

necessário”¹⁰ (ou trabalho doméstico), localizado fora da esfera da produção capitalista, dissociado de qualquer remuneração. (VOGEL, 2022, p.349).

Conforme a acumulação de capital avança, principalmente após a fase de industrialização, é notória a separação entre o trabalho doméstico e a produção capitalista, e “ao mesmo tempo, o salário medeia tanto os processos de manutenção diária quanto os de reposição geracional, complementando ou, algumas vezes, substituído por benefícios estatais” (VOGEL, 2022, p.350), evidenciando o caráter indireto do componente social para a reprodução social. Logo:

Essas duas características – a separação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico e o pagamento de salários – são materializados no desenvolvimento de locais especializados e unidades sociais para a realização do trabalho doméstico. As famílias da classe trabalhadora, localizadas em unidades domésticas privadas, representam a forma dominante na maioria das sociedades capitalistas, mas o trabalho doméstico também ocorre em campos de trabalho forçado, alojamentos, orfanatos, hospitais, prisões e outras instituições similares. (VOGEL, 2022, p.351)

Nesse cenário, a autora argumenta que, na sociedade capitalista, a parte doméstica do trabalho necessário é distribuída de forma desigual entre os gêneros: às mulheres recai a maior parte das atividades de cuidado e manutenção da vida cotidiana, enquanto os homens são majoritariamente responsáveis pela provisão monetária por meio do emprego remunerado. (VOGEL, 2022, p.252) O isolamento da unidade doméstica torna essa separação aparentemente espontânea e inevitável. Desse modo, a própria estrutura do capitalismo reforça um confinamento simbólico das mulheres ao lar. Vogel (2022) sustenta que essa lógica constitui uma ideologia poderosa e persistente:

Enraizada no funcionamento econômico do modo de produção capitalista, e reforçada por um sistema de supremacia masculina, essa ideologia de esferas separadas tem uma força que é extremamente difícil de transcender. Onde algumas categorias de trabalhadores do sexo masculino recebem salários suficientes para manter uma unidade doméstica privada composta por uma esposa que não esteja trabalhando, a ideologia assume uma forma institucional particularmente intransigente. (VOGEL, 2022, p.353)

Segundo a autora, como a expansão do capital depende da ampliação da mais-valia, surge uma tensão entre o tempo gasto com trabalho doméstico e o tempo disponível para o

¹⁰ “Essa discussão, que elucida, mas não altera o meu argumento anterior (Vogel, 1983), agora me parece menos convincente. O que está nítido, no entanto, é que, quer o trabalho doméstico seja conceitualizado como componente do trabalho necessário ou não, o resultado final é que deve ser encontrada alguma maneira de teorizá-lo no interior da Economia Política marxista” (VOGEL, 2022, 408)

assalariamento. Assim, o próprio funcionamento do capitalismo incentiva uma diminuição do volume de tarefas domésticas realizadas no interior de cada unidade familiar, dado que:

A necessidade do capital de aumentar a mais-valia implica uma contradição entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado. Enquanto componente do trabalho necessário, o trabalho doméstico potencialmente afeta o compromisso que os trabalhadores têm com a realização do trabalho excedente por meio da participação no trabalho assalariado. (VOGEL, 2022, p.254)

Vogel (2022) é enfática quando propõe que o tempo gasto em atividades domésticas se apresenta como obstáculo à acumulação de capital, dada sua necessidade de valorização constante do capital. Nesse sentido, à medida que o trabalho doméstico permanece circunscrito às unidades privadas sob o capitalismo, “o componente doméstico do trabalho necessário é severamente reduzido. Ao mesmo tempo, mais membros da unidade doméstica podem adentrar o mercado de trabalho” (VOGEL, 2022, p.255).

Logo, a transferência das atividades de cuidado e manutenção para o “setor privado” e para instituições públicas também configuram uma estratégia de se reduzir o trabalho doméstico. Essa mudança não elimina o trabalho doméstico, mas o redistribui de maneira funcional à acumulação de capital. (VOGEL, 2022, p.355) Evidentemente, que tal reorganização não supera a divisão sexual do trabalho: ela apenas desloca, mercantiliza e segmenta o trabalho de reprodução, mantendo sua subordinação estrutural.

Contemporaneamente, a partir da Teoria da Reprodução Social (TRS), Bhattacharya (2023) avalia as conexões sistêmicas entre o trabalho que produz mercadorias e o trabalho que produz pessoas, e como ambos em conjuntos se integram na dinâmica capitalista.

A reprodução social do sistema capitalista – e é para explicar a reprodução do sistema que Marx usa o termo – não se trata, portanto de uma separação entre a esfera não econômica e a econômica, mas de como o impulso econômico da produção capitalista condiciona o que é chamado de não econômico (...) Por reprodução social, Marx refere-se à reprodução de toda a sociedade, o que nos leva de volta à mercadoria única, à força de trabalho, que precisa ser reabastecida e, em última análise, substituída sem pausas ou interrupções no circuito contínuo de produção e reprodução do todo. (BHATTACHARYA, 2023, p.130)

A autora reforça que se a produção de bens e serviços se dá dentro da economia formal, “as pessoas que produzem essas coisas são elas próprias produzidas fora do âmbito da economia formal, em uma entidade baseada em relações de parentesco chamada família” (Bhattacharya, 2023, p.19). Nesse sentido, de acordo com Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) a reprodução social, portanto, se alicerça principalmente pelo gênero, pressionando sobretudo as mulheres.

Essas “outras pessoas” são, em grande medida, do sexo feminino. Pois na sociedade capitalista, a organização da reprodução social se baseia no gênero: ela depende dos papéis de gênero e entrincheira-se na opressão de gênero. A reprodução social é, portanto, uma questão feminista. (...) Enquanto o neoliberalismo exige mais horas de trabalho remunerado por unidade familiar e menos suporte estatal à assistência social, ele pressiona até o limite das famílias, comunidades e (acima de tudo) mulheres. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.53-56)

Por sua vez, Ferguson e McNally (2022) apontam que o trabalho doméstico pode ser socializado e não necessariamente precisa ser executado no ambiente familiar (como exemplo os autores mencionam os orfanatos):

(...) a análise de Vogel sobre a realidade não a leva a argumentar que a base sociomaterial da opressão às mulheres pode ser encontrada nas relações de gênero dentro do lar. (...) As raízes sociomateriais da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o capital e o Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica para produzir sua próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para exploração. (FERGUSON, MCNALLY, 2022, p.69)

Em suma, da perspectiva da Teoria da Reprodução Social, é a reprodução da força de trabalho constitui uma condição indispensável para a dinâmica de acumulação capitalista; nesse quadro, a opressão de gênero não é externa à lógica do capital, mas integrada ao seu funcionamento.

CAPÍTULO 2 – A LITERATURA MARXISTA E A ABORDAGEM DA EXPLORAÇÃO DAS MULHERES

Este capítulo visa apresentar a revisão da literatura sobre a questão da superexploração da força de trabalho da mulher nas economias dependentes. Para tanto, primeiramente explica-se a metodologia de seleção dos artigos científicos e na sequência os resultados das buscas, segundo três abordagens: a) dependência; b) superexploração da força de trabalho; e c) trabalho feminino.

2.1. Metodologia para a Revisão sistematizada de artigos científicos

O ponto de partida para delimitar a bibliografia a ser revisada foi a listagem de revistas marxistas, uma vez que esta pesquisa se norteia pela seguinte pergunta: como a literatura marxista tem discutido a intensificação da superexploração da força de trabalho feminino no contexto do capitalismo dependente brasileiro contemporâneo?

Para tanto, selecionamos periódicos acadêmicos relevantes para as discussões acerca da América Latina, e que, em maior ou menor medida, oferecem espaço para abordagens marxistas, tanto no cenário nacional quanto no internacional, são elas: Argumentum, Crítica Marxista, Katálysis, Marx e Marxismos, Temporalis, Revista da SEP, Textos de Economia, Rebela, Economia e Sociedade, Cuadernos de Economía, Tareas, Herramienta e Pacarina del Sur.

Quadro 1 - Periódicos selecionados

Periódicos selecionados
Argumentum
Crítica Marxista
Katálysis
Marx e Marxismos
Temporalis
Revista da SEP
Textos de Economia
Rebela
Economia e Sociedade
Cuadernos de Economía Crítica
Tareas
Pacarina Del Sur
Herramienta, revista de debate y crítica marxista

Baseado na pergunta, as itens-chaves que guiaram a pesquisa dos artigos científicos foram: superexploração, trabalho feminino, e dependência. A partir dessas três itens-chaves

derivaram-se os termos livres propriamente: “superexploração”; “mercado de trabalho”; “trabalho feminino”; “teoria da reprodução social”; “trabalho doméstico”; “gênero”, “dependencia”, “dependente” e “economia dependente”.

Quadro 2 - Termos chave em português

Superexploração	Trabalho feminino	Dependente
Superexploração	Trabalho feminino	Dependência
Mercado de trabalho	Teoria da Reprodução social	Dependente
	Trabalho doméstico	Economia dependente
	Gênero	

Quadro 3 - Termos chave em espanhol

Superexploração	Trabalho feminino	Dependente
Superexplotación	Trabajo femenino	Dependencia
Mercado laboral	Teoría de la reproducción social	Dependiente
	Trabajo doméstico	Economía dependiente
	Género	

A partir dos termos livres, seguimos para as buscas simples de cada um deles individualmente em cada uma das revistas (etapa 1), obtendo o seguinte resultado:

Quadro 4 - Resultados das Buscas por termo livre

Localização	Revista	Etapas 1	Etapas 2	Excluídos
Nacionais	Argumentum	675	74	601
Nacionais	Crítica Marxista	122	72	50
Nacionais	Katálysis	225	152	73
Nacionais	Marx e Marxismos	50	30	20
Nacionais	Temporalis	343	77	266
Nacionais	Revista da SEP	163	99	64
Nacionais	Textos de Economia	66	62	4
Nacionais	Rebela	205	118	87
Internacionais	Economia e Sociedade	204	2	202
Internacionais	Cuadernos de Economía Crítica	119	54	65
Internacionais	Tareas	3.491	69	3.422
Internacionais	Pacarina Del Sur	0	0	0
Internacionais	Herramienta	0	0	0
TOTAL		5.663	809	4.854

Diante da alta quantidade de artigos encontrados na **Etapa 1**, provenientes especialmente das revistas Tareas (3.607), Argumentum (675) e Temporalis (343), que juntas somam 4.625 resultados, foi preciso desconsiderar alguns resultados (**Etapa 2**).

Em Tareas, tomou-se a decisão de excluir os seguintes resultados: (i) Género (794), com e sem aspas, (ii) Teoría de la reproducción social (503), sem aspas, e (iii) Dependencia (sem aspas), uma vez que os artigos dessas buscas não refletiram o contexto do artigo e pelo número de entradas exaustivo. Assim, ainda restaram 4.482 artigos no total geral das buscas.

Por sua vez, Argumentum (675) e Temporalis (343) juntas somam 1.018 artigos, optamos por: (i) manter a revista Argumentum apenas com os artigos encontrados por meio dos termos de busca "trabalho feminino", com e sem aspas e "teoria da reprodução social" (sem aspas), excluindo 601 entradas; e (ii) manter a revista Temporalis apenas com os artigos encontrados por meio dos termos de busca "trabalho feminino" (com e sem aspas) e "gênero" (com aspas), excluindo 266 resultados. Ainda restaram 3.615 resultados do total geral.

Para as demais revistas, além de excluirmos os itens sem aspas, também adotamos critérios de exclusão baseados na relevância considerando contexto deste trabalho, tal como feito para Tareas, Argumentum e Temporalis, de modo que seria exaustivo elencar cada uma delas. Dessa maneira, a quantidade de resultados reduziu para 809 artigos na busca por termos livres.

Adicionalmente, também seguimos com a busca a partir da **combinação de termos**, a fim de filtrar os resultados mais pertinentes sobre o tema tratado, dada a quantidade de respostas de cada termo em separado. Ao todo, identificamos 335 publicações nas revistas em português e 340 nas revistas em espanhol. Assim, obtivemos 675 artigos a serem analisados na próxima etapa. Os Quadros 5 e 6 apresentam a matriz combinatória consolidada para cada idioma.

Quadro 5 - Resultados do cruzamento entre os termos para as revistas em português

Cruzamento dos termos	"Superexploração" AND Trabalho Feminino	"Mercado de trabalho" AND Trabalho Feminino	"Dependente" AND Trabalho Feminino	"Dependência" AND Trabalho Feminino	"Economia dependente" AND Trabalho Feminino	"Trabalho Feminino" AND "Marx"	"Superexploração" AND "Mercado de trabalho" AND "Trabalho Feminino"	"Superexploração" AND "Dependente" AND "Trabalho Feminino"	"Superexploração" AND "Dependência" AND Trabalho Feminino	"Mercado de trabalho" AND "Dependente" AND Trabalho Feminino	"Mercado de trabalho" AND "Dependência" AND Trabalho Feminino	"Mercado de trabalho" AND "Economia dependente" AND Trabalho Feminino	TOTAL
Trabalho Feminino	1	13	5	6	0	0	0	0	0	3	3	0	31
Teoria da Reprodução social	9	19	24	21	3	0	4	8	6	11	10	1	116
Trabalho doméstico	5	7	6	5	2	3	2	0	2	4	2	1	39
Gênero	12	33	24	17	3	26	4	8	5	9	7	1	149
Total	27	72	59	49	8	29	10	16	13	27	22	3	335

Quadro 6 - Resultados do cruzamento entre os termos para as revistas em espanhol

Cruzamento dos termos	"Superexplotación" AND "Trabajo femenino"	"Mercado laboral" AND "Trabajo femenino"	"Dependiente" AND "Trabajo femenino"	"Dependencia" AND "Trabajo femenino"	"Economía dependiente" AND "Trabajo femenino"	"Superexplotación" AND "Mercado laboral" AND "Trabajo femenino"	"Superexplotación" AND "Dependiente" AND "Trabajo femenino"	"Superexplotación" AND "Dependencia" AND "Trabajo femenino"	"Mercado laboral" AND "Dependiente" AND "Trabajo femenino"	"Mercado laboral" AND "Dependencia" AND "Trabajo femenino"	"Mercado laboral" AND "Economía dependiente" AND "Trabajo femenino"	TOTAL
Trabajo femenino	9	17	67	0	8	2	8	8	5	6	1	131
Teoría de la reproducción social	10	10	2	1	1	0	0	0	0	0	0	24
Trabajo domestico	9	16	0	3	8	2	8	8	5	6	1	66
Género	7	18	60	0	8	2	6	6	5	6	1	119
Total	35	61	129	4	25	6	22	22	15	18	3	340

No que se refere às revistas *Herramienta* e *Pacarina del Sur*, que entraram na seleção de revistas, em ambas, o buscador não apresentou resultados consistentes frente aos parâmetros que determinamos. Posto isso, optamos por excluir tais revistas da realização dos passos seguintes.

Portanto, ao somarmos as duas buscas (termos livres e combinações), obtivemos 1.484 títulos identificados. A partir da avaliação de cada um deles, foram encontradas 682 títulos duplicados. De modo que restaram 802 publicações únicas para serem avaliadas. A etapa seguinte então se deteve em distinguir o tipo de publicação com a finalidade de selecionar apenas os artigos acadêmicos disponíveis. Assim, 153 publicações foram excluídas por não atenderem a este critério, são elas:

Quadro 7 - Tipo de publicações desconsideradas

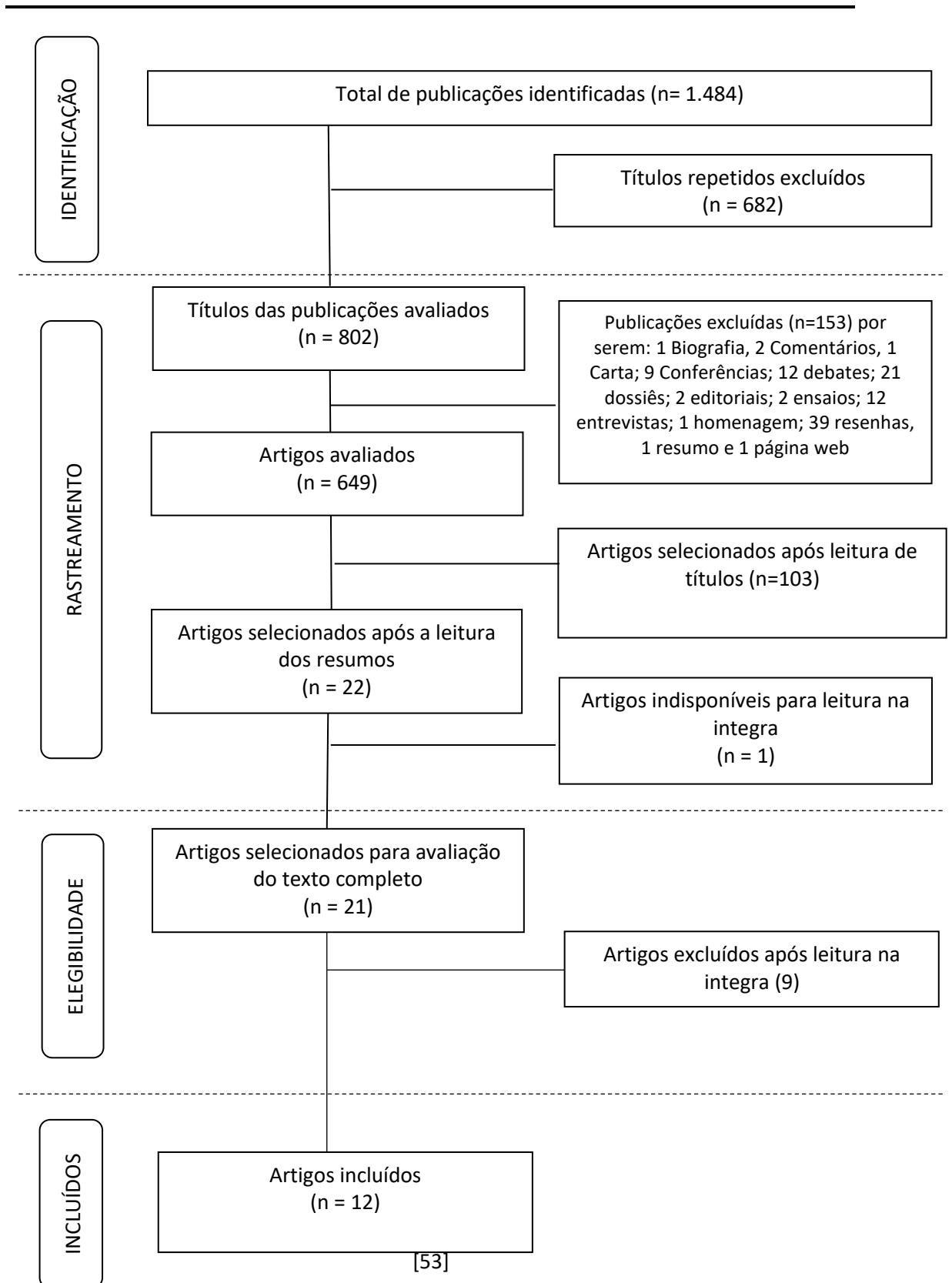
Tipo de Texto	Títulos Totais
Biografia	8
Comentário	2
Conferências	9
Debate	12
Dossiês	21
Resenhas	39
Entrevistas	12
Editoriais	2
Ensaio	37
Carta	1
Estudo	1
Homenagem	1
Página de <i>web</i>	1
Resumo	1

Na etapa seguinte, foram avaliados os 649 artigos acadêmicos disponíveis. Primeiramente, a leitura de títulos selecionou 103 publicações. Por fim, a leitura dos resumos resultou na escolha de 21 artigos para a avaliação do texto completo e 1 artigo indisponível. Os critérios para a leitura do artigo na íntegra se detiveram na referência à teoria marxista, à categoria superexploração da força de trabalho da TMD, na especificação regional da “América Latina” e foco no Brasil. E, principalmente, às bases materiais feministas-marxistas contemporânea sobre o tema da superexploração da mulher nos países dependentes.

Destes 21 artigos acadêmicos e após a leitura na íntegra de todos eles, optou-se pela exclusão de 9 artigos, uma vez que não se enquadravam na proposta desta pesquisa. Sendo assim, para a viabilização deste capítulo, foram incluídos 12 artigos acadêmicos na revisão.

Esse processo de seleção dos estudos identificados é apresentado no fluxograma PRISMA conforme a Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção dos artigos incluídos na revisão



2.1.1. Resultados gerais dos 12 artigos incluídos na revisão

Para o conhecimento dos 12 artigos encontrados na literatura marxista científica, sintetizamos seus principais argumentos de acordo com o Quadro-síntese 1. Nele relacionamos os argumentos em três abordagens: a) da dependência; b) da superexploração da força de trabalho e c) do trabalho feminino.

Quadro-síntese 1 - Relação de artigos incluídos na revisão sistematizada segundo autor, ano, objetivos do estudo, e método, segundo as abordagens sobre dependência, superexploração da força de trabalho e trabalho feminino

Autor(es), Ano	Objetivo	Método	Abordagem da dependência	Abordagem da superexploração da força de trabalho	Abordagem do trabalho feminino
Borrego, AE, 2020	Apresentar a polêmica do debate entre as vertentes feministas-marxistas na atualidade, assumindo a heterogeneidade de posições que se colocam, sobre as imbricações das relações sociais do sistema capitalista e das relações patriarcais de gênero.	Qualitativo	Não trata.	Não trata.	O trabalho feminino está inserido nas relações patriarcais de gênero, que são integradas às relações sociais de produção. As relações patriarcais (que definem o trabalho e o papel da mulher) não constituem um sistema autônomo, mas assumem uma configuração específica no capitalismo.
Dantas, MF, Cisne, M, 2017	Apresentar o debate sobre as categorias relações sociais de sexo, patriarcado e divisão sexual do trabalho, a fim de compreender os impactos da desigualdade entre os sexos na relação capital-trabalho sobre as mulheres trabalhadoras.	Qualitativo	Não trata.	Embora não utilize o arcabouço teórico da TMG, neste artigo, o termo superexploração da força de trabalho feminino é utilizado, porém não como uma categoria, mas sim para descrever a situação de exploração das mulheres.	O trabalho feminino é ligado à reprodução social e ao mundo privado (campo do desvalor). Essa divisão do trabalho é material e hierárquica.
Ferreira, CCC, Fagundes, GG, 2021	Entender as tendências de superexploração, feminização e racialização do trabalho como parte da estratégia capitalista de enfrentar a crise estrutural contemporânea.	Qualitativo	Não trata.	É analisada como uma tendência e estratégia capitalista de enfrentamento à crise.	Aborda o trabalho feminino como trabalho expropriado e não pago, estruturado pelo heteropatriarcado intrínseco ao capital. Essa relação é uma estratégia para o rebaixamento do valor da força de trabalho e contribui para a superexploração e feminização do trabalho.
Fonseca, R, 2017	Apresentar as contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) para o debate sobre as múltiplas relações de opressão (gênero, raça, classe), visando uma compreensão unitária.	Qualitativo	Não trata.	Não trata.	O trabalho de produção de seres humanos, historicamente feito pelas mulheres, é essencial. A TRS revela a conexão estrutural entre a reprodução da vida e a reprodução do capital.
Julião, HV, Dutra, NH, 2021	Problematizar a divisão sexual do trabalho para conhecer os limites e possibilidades de acesso ao mercado formal para mulheres, enfatizando as mulheres trans.	Qualitativo	Não trata.	Não trata.	A divisão sexual do trabalho é regida pela hierarquia e separação (trabalho de homem x trabalho de mulher).
Lima, RL <i>et al</i> , 2010	Analisar o trabalho doméstico no Brasil, considerando gênero, DST e previdência social. Constatar a desproteção social sob as contrarreformas.	Qualitativo	Não trata.	Não trata.	O trabalho doméstico é o principal objeto de análise. A DST é guiada pela hierarquia e o trabalho feminino vinculado à reprodução social. Inserção feminina é precarizada.

Luce, MS, 2012	Demonstrar a vigência da categoria da superexploração para a análise crítica das relações de produção no capitalismo brasileiro contemporâneo.	Qualitativo, empírica.	Não trata.	A característica essencial da superexploração é a negação das condições necessárias para repor o desgaste do trabalhador. Implica remuneração abaixo do valor. É uma "violação" do valor da força de trabalho.	Não trata.
Nascimento, CA, Aquino, JR, Soares, MAT, 2025	Analisar o comportamento das condições de trabalho dos empregados brasileiros em relação à situação de exploração e superexploração no mercado de trabalho.		Não trata.	A superexploração proposta pelos autores tem relação com o desgaste do trabalhador e não com a quantidade de valor produzido.	Não trata.
Nogueira, CS, 2016	Demonstrar que a categoria da superexploração da força de trabalho permite explicar as especificidades da América Latina no que diz respeito à sua inserção no mercado mundial.	Qualitativo	A dependencia é abordada a partir formulações de Ruy Mauro Marini.	Não trata	Não trata.
Sobrinho, MGJ, 2017	Apresentar os mecanismos da superexploração da força de trabalho nos países dependentes.	Qualitativo	Abordagem da TMD, recuperando Ruy Mauro Marini.	A superexploração da força de trabalho não deriva do intercâmbio desigual, mas é uma exigência para a acumulação de capital nas economias dependentes, a partir da estrutura produtiva instalada.	Não trata.
Souza, TS, 2016	Analisar a relação entre capitalismo e patriarcado, bem como as estratégias e lutas para combatê-los. Pensar a complexa relação entre exploração de classe e dominação/opressão de sexo/gênero.	Qualitativo	Não trata.	Não trata.	O patriarcado torna a reprodução social (vida privada) função exclusiva das mulheres, o que é explorado pelo capital para diminuir os salários.
Vazquez, ACB, 2018	Contribuir para a discussão da opressão/exploração sobre as mulheres. Entender a forma dialética pela qual patriarcado e capitalismo se implicam.	Qualitativo	Não trata.	Não trata.	Mulheres sofrem exploração de classe somada à opressão patriarcal, levando à precarização da vida.

Fonte: Elaboração própria.

2.2. Abordagem sobre a dependência

Nogueira (2016) resgata as discussões que remontam aos anos 1950 acerca do aparecimento da Teoria Marxistas da Dependência, como uma leitura crítica dos processos de reprodução do capital na países periféricos, frente as abordagens do marxismo ortodoxo e da CEPAL.

La dependencia, como destacó Marini (2005), no fue forjada por la condición de agrario-exportadora agraria o por la herencia precapitalista de los países subdesarrollados, sino por el patrón de división internacional del trabajo del capitalismo moderno, determinado por imperialismo (Dos Santos, 1978). (NOGUEIRA, 2016, p.64)

Assim, é notório compreender que a origem da dependência se encontra nas dinâmicas da divisão internacional do trabalho, na medida em que realizam trocas desiguais. (NOGUEIRA, 2016, p.64). A partir disso, Nogueira (2016) faz uma primeira digressão:

El valor, en tanto relación social producida en el seno del capitalismo, se crea a través del trabajo social y se expresa a través de la producción de valores de uso y valores de cambio. Los valores de cambio, o magnitudes de valor, se expresan en la forma de precio y en la forma de dinero. La forma precio se presenta, según el nivel de abstracción, como precio de producción y como precio de mercado, y expresa las formas que el capital dispone para eludir la ley del valor y transferir valores en la dinámica del comercio internacional. En la dinámica capitalista, el precio gravita alrededor del valor, pero, solo en algunas situaciones, el valor y el precio se igualan. Afirma Marini (2005: 151) que “en la práctica, se observan diversos mecanismos que permiten realizar transferencias de valor, pasando por encima las leyes de cambio, y que se expresan en la forma en que se fijan los precios de mercado los precios y los precios de producción de las mercancías”. (NOGUEIRA, 2016, p.65)

Dessa digressão, aponta duas conclusões iniciais para se entender o intercâmbio desigual. Primeiramente, deve-se analisar não apenas o que se produz, mas também o preço do que se produz, a fim de entender como as mercadorias produzidas pela periferia chegam ao mercado internacional. Em segundo lugar, as explicações não se encontram na lei da oferta e da demanda, pois, embora a concorrência seja decisiva na determinação dos preços, oculta a essência do fenômeno, assentada na acumulação de capital. (NOGUEIRA, 2016, p.65)

A autora discorre que a concorrência ocorre de formas diferentes quando analisada entre os setores ou dentro do mesmo setor, então, “nos interesa explicar en qué medida la competencia determinará la condición de dependencia de países periféricos, ya que es a través

del proceso competitivo que se manifiestan las leyes intrínsecas del capitalismo” (NOGUEIRA, 2016, p.65).

Portanto, a concorrência intrasetorial, ao impulsionar incessantes aumentos de produtividades, promove a redução dos preços das mercadorias e, conseqüentemente, a queda da taxa média de lucro do setor. Por outro lado, na competição intersetorial, observam-se dois efeitos: a formação de uma taxa média de lucro e as transferências de valores entre setores. Logo, “la vía encontrada para enfrentar esta reducción de la tasa de ganancia es, entre otros medios, la transferencia de valores en el mercado mundial, que beneficia a las empresas que tienen alta composición” (NOGUEIRA, 2016, p.66)

Como forma de contrabalancear a queda da taxa de lucro, as economias dos países centrais precisam necessariamente se expandir para as periferias (pela ampliação da oferta de alimentos e de matérias-primas). Dessa forma, é via o comércio exterior que os países centrais passam a obter mais-valia relativa, via queda nos preços internos e aumento da produtividade. Isto é, “es posible aumentar la tasa de ganancias, reduciendo la composición orgánica del capital, lo que constituye una contra-tendencia que opera sobre la tendencia de caída de la tasa de ganancias.” (NOGUEIRA, 2016, p.67)

No mesmo sentido, SOBRINHO (2017) explica:

Por outras palavras, a contrapartida à tendência à queda da taxa de lucro, que o aumento da composição orgânica do capital acarretou nos países centrais, foi feita pela importação de alimentos e de matérias primas da América Latina, que, ao facilitar a redução do valor do capital variável e do capital constante, permitiu que os países centrais obtivessem cotas cada vez mais elevadas de mais valia, de modo a manter ou a ampliar as suas taxas de lucro. (SOBRINHO, 2017, p.555)

Notoriamente, a indústria nos países centrais avançou, logrando de aumento da produtividade e conseqüentemente extraindo mais-valia relativa. Já no caso das economias dependentes, tanto a produção de bens agropecuários, quanto a indústria extrativista, se direcionariam para a extração de mais-valia absoluta, dada a baixa capacidade produtiva do trabalho. Com efeito:

Marini chama a atenção, apoiado em Marx, afirmando que esse intercâmbio desigual entre os países da periferia e os países do centro não é determinado pelas trocas, em si, mas pelos distintos níveis de desenvolvimento das forças produtivas existentes entre as duas regiões, que expressam graus distintos de composição orgânica do capital, portanto níveis tecnológicos e intensidade média de trabalho distintos, que, por sua vez, são confrontados no âmbito da circulação de mercadorias, cuja função é —*comparar os tempos* de trabalho social-

mente necessário para a produção das mercadorias, isto é, comparar os valores destas; sobre esta base /.../ se estabelece entre elas uma *relação de preços*, que, por muito que varie pela ação da oferta e/ou a demanda, *gira em torno da comparação dos valores*! (MARINI, 2000b, p. 178). (SOBRINHO, 2017, p.556)

Dado o exposto, Nogueira (2016) enfatiza:

Aunque las contradicciones se exacerban en el ámbito de la circulación y la competencia, la dialéctica de la dependencia está presente en el ámbito de la producción, donde se encuentra la esencia de la acumulación capitalista, dado que la única posibilidad de compensación de las pérdidas es que el precio de la fuerza de trabajo se fije por debajo de su valor, es decir, por la superexplotación de la fuerza de trabajo. Esta expropiación de valor solo puede ser compensada e incrementada en el plano de la producción, y no en el plano de las relaciones de mercado, por medio del desarrollo de la capacidad productiva (Marini, 2005). (NOGUEIRA, 2016, p.67)

Sendo a forma encontrada pelo capitalismo dependente para (tentar) superar as transferências desiguais foi a superexploração da força de trabalho (NOGUEIRA, 2016; SOBRINHO, 2017)

2.3. Abordagem sobre a superexploração da força de trabalho

Luce (2012) em seu artigo “A superexploração da força de trabalho” visa demonstrar a vigência da categoria superexploração da força de trabalho, bem como estabelecer um parâmetro comum mediante o qual se possa analisá-la empiricamente. Assim, inicia seu artigo caracterizando a categoria superexploração da força de trabalho, em que, segundo Marini:

A característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho [...] [seja] porque se obriga o trabalhador a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; [...] [seja] porque se lhe retira inclusive a possibilidade de consumir estritamente o indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI apud LUCE, 2012, p.120)

Ainda, a partir de Marini, o autor complementa afirmando que nesse cenário o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, portanto, superexplorado. Ainda recuperando Marini, Luce (2018) elenca quatro formas de superexploração:

(a) a conversão de parcela do funcho de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; (b) o prolongamento da jornada de trabalho; (c) o aumento da intensidade do trabalho; (d) o aumento do valor histórico-moral da força de trabalho sem pagamento correspondente. (LUCE, 2012, p.121)

Os críticos da categoria apontam que, em O Capital, Marx estabelece a premissa de que todas as mercadorias são vendidas e compradas pelo seu valor, além do mais, não é uma categoria que apareça nos livros I e II de sua obra. Entretanto, os autores da TMD asseguram a menção de Marx sobre a tendência de a força de trabalho não ser remunerada pelo valor, o que chamou de exploração redobrada. Desse modo, validando a categoria superexploração. (LUCE, 2012, p.121)

Adicionalmente, Luce (2012) apresenta a formulação de Osorio sobre a categoria superexploração da força de trabalho:

A superexploração dá conta das formas assumidas pela violação do conjunto de condições necessárias para a produção e reprodução da força de trabalho, nos processos de produção e circulação. Dá conta, então, das formas de violação do valor da força de trabalho. Quando a exploração capitalista adquire características que implicam a desconformidade do valor de troca da força de trabalho, estamos falando de uma exploração capitalista que assume um caráter superexplorador. (OSORIO, 1975 apud LUCE, 2012, p.121)

Luce (2012) avalia que as elaborações de Marini e Osorio sobre a superexploração da força de trabalho são convergentes. A partir dessa exposição, o autor apresenta a categoria superexploração como uma “lei de tendência própria do capitalismo dependente, a qual segue a orientação de contrarrestar a transferência de valor a que as economias dependentes estão submetidas na divisão internacional do trabalho” (LUCE, 2012, 122)

Isto posto, Luce parte para a análise empírica da superexploração da força de trabalho no Brasil. À vista disso, o autor explica que a forma mais evidente de superexploração é a contratação do trabalho abaixo do valor da força de trabalho, ou seja, abaixo do valor necessário para que o trabalhador se reproduza – arrocho salarial. Evidente que essa é a forma mais visível da questão, uma vez que remete aos salários, envolvendo as lutas sindicais e, sobretudo, a regulamentação da jornada de trabalho. (LUCE, 2012, p.123)

O autor, a partir de dados do DIEESE e do artigo “Desigualdade Social no Brasil” de Guilherme Delgado publicado em 2020, demonstra a falsa aparência de melhora nas condições da classe trabalhadora durante os anos 2000, especialmente no governo Lula.

Com base nos dados do DIEESE sobre o reajuste do salário-mínimo, é possível notar o aumento do salário-mínimo e do poder de compra para o período de 2003-2010, no entanto, o autor argumenta que se cria uma ilusão com relação à avanços na distribuição de renda. Isto porque, a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2008), o rendimento do capital para o período

de 2000-2006 continua crescendo em ritmo maior que o dos salários. Ou seja, embora seja observada uma leve melhora no que tange a massa salarial, há a manutenção da distribuição de renda:

todo o debate que vai aos meios de comunicação relativamente à distribuição de renda trata dos 45% a 48% da Renda Interna Bruta (igual ao Produto Interno Bruto) que vão para as pessoas físicas [...]

(...) A outra parte, que vai para as pessoas jurídicas (empresas principalmente) sob a forma de juros, lucros, dividendos, aluguéis etc., cujo número de recebedores fica entre 1% e 2% da população, apropria-se de igual fatia da Renda Interna — algo em torno de 45%. Os 10% que fecham esta totalidade estão referidos a recursos de manutenção e ampliação das máquinas burocráticas (DELGADO, 2010 apud LUCE, 2012, p.125)

Luce (2012) argumenta que esta análise é fundamental para se entender a categoria superexploração da força de trabalho, uma vez que permite capturar a relação entre capital e trabalho. A partir de então, o autor examinará “indicadores empíricos da superexploração no Brasil, através do aumento da jornada e do aumento da intensidade do trabalho”, duas formas de superexploração, conforme indicado por Marini.

Com relação ao aumento da jornada de trabalho, Luce (2012) explicita:

No Brasil, essa tendência pode ser observada através do instrumento da hora extra, que vem sendo utilizada de uma maneira que, de longe, extrapola a condição de excepcionalidade fixada em lei. Em média, 40% dos trabalhadores brasileiros cumprem jornadas com mais de 44 horas, superando assim a determinação legal (DIEESE, 2009, p. 3; 2006).

Segundo dados da PNAD, em média 25,5% dos trabalhadores das regiões metropolitanas cumpriram, entre 2003 e 2009, jornadas de trabalho semanais de 49 horas ou mais, como demonstra a Tabela 3. (LUCE, 2012, p.127)

De acordo com o autor, o instrumento mais relevante sobre o pagamento das horas extras do trabalhador é a utilização do banco de horas, que “constitui um elemento superexploração da força de trabalho reconhecido pela legislação brasileira, desde o início do processo de flexibilização das leis trabalhistas” (LUCE, 2012, p.129)

Outra forma de superexploração ressaltada por Luce (2012) é o aumento da intensidade do trabalho, relacionado ao desgaste físico-psíquico do trabalhador e que, obviamente, não pode ser reposta mediante remuneração:

En suma, por intensidad del trabajo entiendo el incremento de la producción con cargo en el desgaste físico-psíquico del trabajador, dentro de un espacio y tiempo determinados: una hora, una jornada de

ocho horas o en el lapso de un año; sin que se acompañe de un desarrollo tecnológico sustancial de los medios de producción, de los instrumentos del trabajo o de la organización sociotécnica del trabajo” (SOTELO VALENCIA apud LUCE, 2012, p.131)

Desta perspectiva, Luce (2012) é categórico sobre a realidade brasileira:

Essa tendência verifica-se no capitalismo brasileiro no exemplo já citado do banco de horas. Além do prolongamento da jornada de trabalho, o banco de horas torna-se instrumento de elevação da intensidade do trabalho, pois é nos períodos de pico de produção em que se exigem os ritmos mais intensos. (LUCE, 2012, p.132)

Com base em sua análise, Luce (2012) pode constatar evidências da categoria superexploração da força de trabalho, proposta por Marini.

Sobrinho (2017) também analisa a superexploração da força de trabalho a partir da TMD e, portanto, desenvolve sua análise nos mesmos marcos que Luce (2012). O autor argumenta:

Dessa forma, argumenta Marini, a superexploração não deriva do intercâmbio desigual, (embora mantenha sua continuidade), mas da forma capitalista de produção cuja febre de lucro é tão mais desenfreada quanto mais atrasada é a produção de uma nação, de modo que o intercâmbio desigual tem como efeito exacerbar esse afã de lucro e intensificar os métodos de extração do trabalhado excedente (MARINI, 2000a, pp. 124-5), logo ele influencia os mecanismos da superexploração. Contudo, ao se desenvolver um modo de produção — fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador se coloca — em marcha um mecanismo monstruoso que não apenas não desaparece como se agrava com o desenvolvimento tecnológico (MARINI, 2000b, p. 177), que é sempre inferior ao dos países centrais. (SOBRINHO, 2017, p.558)

Tendo em vista o exposto, para o autor, a superexploração da força de trabalho é uma imposição para a acumulação de capital na América Latina, fundando, assim, sua dinâmica e contradições próprias:

Diferentemente da industrialização dos países centrais, que contaram com a formação de um mercado interno de consumo, a industrialização brasileira nos seus momentos iniciais não produzia ou produzia de modo muito restrito os bens de consumo da força de trabalho, logo as condições de salários desta não contavam para a produção daquela. Dessa forma, explica Marini, se — o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho (MARINI, 2000a, p.142), a desvalorização das manufaturas não influencia a taxa de mais-valia, de modo que o industrial não se vê impelido a aumentar a produtividade do trabalho, mas procure aumentar a massa de mais-valia por meio da superexploração da força de trabalho, agora, realimentada pelo excedente de mão de obra produzido pela crise agroexportadora. (SOBRINHO, 2017, p.559)

Por sua vez, em “Trabalhadores assalariados explorados e superexplorados no Brasil”, Nascimento, Aquino e Soares (2025) não partem da TMD em suas análises.

A partir de O Capital Livro I, assinalam:

Marx demonstra que o capital explora a força de trabalho, mesmo pagando pelo seu valor (troca de equivalentes). Exploração, para Marx, significa trabalho excedente apropriado pelo capital após o pagamento do valor da força de trabalho (igual ao trabalho necessário). Está pressuposto aqui que o pagamento do valor da força de trabalho garante a sua reprodução saudável. (NASCIMENTO, AQUINO, SOARES, 2025, p.3)

Na interpretação dos autores, o conceito de superexploração é o que Marx denomina de trabalho excessivo sem um equivalente em salário. A partir disso, enumeram três formas de superexploração: (i) com tempo de trabalho que excede a jornada normal de trabalho; (ii) pelo aumento da intensidade do trabalho; ou (iii) pelo pagamento da força de trabalho abaixo do valor. Os autores definem superexploração como:

A superexploração é uma exploração exacerbada, excessiva, porém, não propriamente no sentido da produção de valor (e mais valor), mas no sentido de que, nesse caso, a exploração acontece sem que a relação capital-trabalho ocorra segundo o princípio da troca de equivalentes, no sentido preciso de que o pagamento da força de trabalho pelo capital efetiva-se aquém do valor da força de trabalho (modificado pelo desgaste extra decorrente do trabalho excessivo), comprometendo sua reprodução normal. (NASCIMENTO, AQUINO, SOARES, 2025, p.4)

Isto porque a exploração ocorre dentro da normalidade, em que o capitalista paga o valor referente ao trabalho necessário para que o trabalhador se reproduza, ou seja, equivalente aos meios de subsistências necessários de determinada sociedade.

Logo, a superexploração proposta pelos autores tem relação com o desgaste do trabalhador e não com a quantidade de valor produzido. (NASCIMENTO, AQUINO, SOARES, 2025, p.6)

2.4. As abordagens do feminismo marxista sobre a origem e exploração da força de trabalho da mulher

2.4.1. Gênero e Patriarcado

Em “A classe nos une, o gênero nos divide: imbricações sobre patriarcado e capitalismo”, Ana Vasquez (2018) analisa a questão de gênero a partir do materialismo histórico-dialético:

Pensar a questão da mulher à luz do materialismo histórico-dialético, significa entender a opressão das mulheres a partir de uma raiz material, atrelada ao surgimento da propriedade privada. Cabe destacar, entretanto, que se esta opressão e exploração é aprofundada com o surgimento do modo de produção capitalista, é anterior a ele. Nesse sentido, patriarcado e capitalismo se conjugam agudizando a opressão e exploração sobre as mulheres especificamente. Se no capitalismo a exploração recai sobre a classe trabalhadora, alijada dos meios de produção, no caso das mulheres, soma-se a isso a opressão advinda do patriarcado. Logo, pensar opressão e exploração sobre as mulheres sob um ponto de vista materialista dialético implica pensar necessariamente a intersecção dessas opressões ou, como diz Saffioti, o "nó" que as indissocia. (VAZQUEZ, 2018, p.136)

Com efeito, a autora argumenta que o método marxista-dialético é fundamental para a análise sobre a opressão e exploração das mulheres em sua totalidade, denominada por Saffioti (2015) como o “nó”:

[...] quando se consideram os embriões de classe, pode-se retroceder às sociedades escravocratas antigas. Mesmo neste caso, as classes sociais têm uma história muito mais curta que o gênero. Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno engendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O nó formado por essas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão (SAFFIOTI, 2015 apud VAZQUEZ, 2018, p.142)

Nesse contexto, a autora resgata alguns sentidos atribuídos ao do termo “patriarcado”. O primeiro significado do termo, proveniente de antes do século XIX, “se refere à autoridade masculina, tenha ela vínculos biológicos ou não” (VAZQUEZ, 2018, p.138). O segundo sentido advém de estudos antropológicos em que as relações sociais se davam entorno da mulher¹¹, portanto, patriarcado seria o contrário ao matriarcado daquelas sociedades. O terceiro sentido atribuído ao termo patriarcado, nos anos 60 – segunda onda do feminismo –, seria “uma formação social em que os homens detém o poder” (DELPHY apud VASQUEZ, 2018, p.138).

¹¹ “Vale ressaltar que muitas autoras feministas rechaçam a ideia de um matriarcado original, defendendo que as sociedades sempre foram organizadas entorno do exercício da autoridade masculina, o que acontecia em maior ou menor grau, mas que não impedia que as mulheres desempenhassem papéis de prestígio e colaboração no interior do corpo social.” (VAZQUES, 2018, p.138)

Adicionalmente, a autora salienta, a partir da leitura de Carole Pateman, que o patriarcado também é uma forma de poder político, sendo:

o único termo capaz de dar a correta dimensão da opressão exercida sobre as mulheres pelo simples fato de serem mulheres. De acordo com a autora, "[...] se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política" (PATEMAN, 1993, p. 39). E uma dessas categorias certamente foi o gênero. (VAZQUEZ, 2018, p.138)

Por sua vez, Dantas e Cisne (2017), alicerçadas pelas contribuições de autoras como Heleieth Saffioti e Danièle Kergoat, definem o patriarcado como um sistema social e político de dominação masculina, onde prevalece o homem em detrimento das mulheres sob a perspectiva de privilégios e poder, em que as raízes deste conceito se baseiam na propriedade privada e no controle e exploração dos homens sobre as mulheres. O patriarcado, portanto, é parte constitutiva da própria forma como o capital organiza o trabalho e a reprodução social. As autoras destacam:

O patriarcado tem suas bases fundidas na propriedade privada e no domínio e exploração dos homens sobre as mulheres. Tal estrutura ultrapassa os domínios da esfera privada tomando todas as dimensões da vida social, inclusive a esfera do Estado. A naturalização das desigualdades entre os sexos se enraíza nas diversas relações sociais e legitima a dominação dos homens sobre as mulheres ao ponto de sua engrenagem funcionar independentemente da presença direta da figura do patriarca. (DANTAS, CISNE, 2017, p.79)

SOUZA (2010) apresenta o patriarcado “como o poder que o homem exerce por meio dos papéis sexuais”, em uma estrutura pré-capitalista, mas que se permaneceu na sociedade de classes assumindo formas singulares de existência. Portanto, a longevidade do patriarcado, que se vale de diferenças culturais e de classe para se perpetuar, fazem com que a opressão pareça indestrutível, apesar do contínuo surgimento de "novas vozes" de combate, majoritariamente femininas. (SOUZA, 2010, p.476)

Com relação ao termo gênero, Lima et.al. (2010) analisam o termo para “subsidiar, definir, discutir e questionar a construção histórica, social e cultural de comportamentos pré-determinados para o “ser homem” e para o “ser mulher” (LIMA et al., 2010, p.41). De um lado, apresentam a análise de Joan Scott, que consiste na rejeição do determinismo biológico, dessa forma, o termo “gênero” seria utilizado para se referir às construções sociais entre os sexos. De outro, as feministas que trouxeram a categoria “patriarcado” para esta análise, o termo “gênero”

abrange as relações de poder entre os sexos não apenas no âmbito familiar, mas também em toda a sociedade.

Sendo assim, o contexto sócio-histórico é fundamental para a análise de gênero:

As desigualdades de gênero são aprofundadas com o incremento do sistema de produção capitalista, pois este, para garantir o desenvolvimento de funções necessárias a sua perpetuação, apela para novos contingentes de trabalhadores. Historicamente, a inserção feminina no mundo do trabalho (...) Marx (1987, p. 449) ressalta bem essa inserção da mão de obra feminina, quando afirma: “O trabalho de mulheres e crianças foi à primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria.”

No entanto essa inserção não ocorre de forma igual para homens e mulheres, tendo em vista que a propriedade privada, característica peculiar do capitalismo, fortalece e perpetua as estruturas familiares que se formam sob a ideologia patriarcal de opressão feminina. Ocorre, então, a privatização do trabalho socialmente considerado feminino, destinado a ser realizado na esfera do lar. (LIMA et al., 2010, p.41-42)

Desta perspectiva, as autoras enfatizam a dupla exploração as mulheres: primeiro, no espaço doméstico, sendo este invisibilizado e ‘fora do contorno do mercado’, produzindo valor de uso, mas que perpetua o patriarcado e as estruturas familiares; em segundo lugar, sua inserção no mercado de trabalho via atividades consideradas inferiores e de natureza feminina.

Vazquez (2018) também recupera algumas referências sobre a discussão do termo “gênero”. Segundo a autora, Scott (1989) define gênero como um elemento constitutivo das relações sociais, estruturado pela oposição entre masculino e feminino, e funcionando como uma referência central na legitimação e crítica das relações de poder. Por sua vez, Saffioti (1889) argumenta que gênero não é uma categoria de análise e, sobretudo, não implica por si só em relação de poder; para esta autora, o termo gênero é neutro e mais amplo que o patriarcado. (VAZQUEZ, 2018, p.140)

O exposto permite verificar que o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico das relações de gênero (SAFFIOTI, 2015 apud VASQUEZ, 2018, p.140).

Ademais, Vasquez (2018) elenca a posição de Lia Zanotta. Para esta autora, gênero e patriarcado são conceitualmente distintos:

Deste modo, patriarcado remete a uma certa rigidez que exige, necessariamente, uma dominação masculina e subordinação feminina, não havendo espaço para subversões. Gênero, ao contrário, está ligado

à ideia de que as relações são construídas e transformáveis, permitindo certa fluidez e mobilidade. (VAZQUEZ, 2018, p.141)

Vasquez (2018) enfatiza a necessidade de abordar as diferentes perspectivas de patriarcado e gênero. A autora avalia o uso do termo patriarcado como marcador político mais preciso, que explicita os sujeitos da violência: homens como opressores e mulheres como oprimidas. (VAZQUES, 2018, p.142)

2.4.2. Divisão Sexual do Trabalho e Superexploração

Em “Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica”, Souza (2010) retoma que a nascente indústria capitalista, ao criar novas relações econômicas indispensáveis ao seu desenvolvimento, também produzia novas formas de relações pessoais, provocando transformações significativas na vida das mulheres. A separação entre o local de produção e o de moradia foi a mais importante delas. (SOUZA, 2010 p.478)

As grandes fábricas, que substituíram as indústrias domésticas, necessitavam de lugares amplos, com cada vez mais máquinas e pessoas para executarem a produção das mercadorias, o que não poderia ser feito no âmbito de uma habitação. Nesse processo, separava-se a fábrica, – local de produção de valor –, do domicílio – local de reprodução da vida. Nesse sentido:

O capital garantiu sua reprodução ao valorizar moralmente o mundo da produção e desvalorizar ideologicamente o da reprodução, o que lhe permitiu dividir a classe trabalhadora e não remunerar o trabalho de reprodução realizado pelas mulheres. Por sua vez, o patriarcado exerceu um papel crucial na implantação dessa divisão, legitimando a exclusão feminina da economia assalariada e reforçando a opressão por meio de uma nova dependência econômica em relação à renda do homem. (SOUZA, 2010 p.479).

Com o aprofundamento da industrialização no início do século XIX, foi anunciada a retirada de alguns direitos concedidos às mulheres, tal como regerem suas próprias terras e empresas (mesmo que não fosse uma prática massiva). Com a industrialização, também veio a “masculinização” do trabalho e exclusão das mulheres do mundo público.

No entanto, dadas as necessidades de produção e reprodução do capital, o trabalho feminino e o infantil nas fábricas tornou-se imprescindíveis:

Mas a lógica do capital, que busca sempre novas formas de aumentar a mais-valia, diminuindo a quantia paga ao(à) trabalhador(a) para a sua sobrevivência, logo exerce sua tendência de pauperização destes(as), de forma que em pouco tempo o salário dos homens, que tinham saído de casa para as fábricas, não era suficiente para sustentar a família,

tornando-se imprescindível o trabalho das mulheres e crianças, estas com salários ainda menores. E aqui novamente se revela a relação simbiótica: o capitalismo promove a separação entre público e privado (mulheres em casa e homens na fábrica), implantada por encontrar raízes sólidas no patriarcado. Este, por sua vez, prepara o campo para que, quando o capital necessite pagar salários menores para aumentar a extração da mais-valia, possa fazê-lo – sem contestação e algumas vezes sob aplausos. (SOUZA, 2015, p.480)

Assim, no final do século XIX, Souza (2015) apresenta que embora as mulheres ainda padecessem de direitos na sociedade, as transformações na esfera da produção promoveram a inserção das mulheres no mercado de trabalho em posições que se necessitavam o barateamento da força de trabalho:

O constante revolucionar de suas próprias estruturas que necessariamente o sistema capitalista produz, impulsiona novamente mudanças na situação das mulheres, assim como em todos os setores da vida social. Deste modo, as transformações estruturais e tecnológicas, acontecidas no final do século XIX, acabaram por promover um aumento nas formas de assalariamento das mulheres, especialmente em lojas, escritórios e no magistério infantil, trabalho que passa de condenável a desejável. A necessidade da força de trabalho das mulheres no final do século XIX se explica devido às novas exigências do aumento da tecnologia, que requer uma força de trabalho especializada, fazendo necessário o investimento em educação, a começar pela infantil. No magistério, o capital mostra seu interesse pelo trabalho das mulheres motivado pelo barateamento de força de trabalho, visto que como estas eram especialistas em cuidar de suas próprias crianças, não seria necessário investimento em formação de educadores. (SOUZA, 2015, p.481)

No mesmo sentido, Lima et.al. (2010) preconizam que a divisão sexual do trabalho esteve presente em todas as sociedades, e independente das variações no tempo, o trabalho masculino sempre representou maior valor do que o feminino. Sendo assim, o contexto sócio-histórico é fundamental para a análise:

As desigualdades de gênero são aprofundadas com o incremento do sistema de produção capitalista, pois este, para garantir o desenvolvimento de funções necessárias a sua perpetuação, apela para novos contingentes de trabalhadores. Historicamente, a inserção feminina no mundo do trabalho (...) Marx (1987, p. 449) ressalta bem essa inserção da mão de obra feminina, quando afirma: “O trabalho de mulheres e crianças foi à primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria.”

No entanto essa inserção não ocorre de forma igual para homens e mulheres, tendo em vista que a propriedade privada, característica peculiar do capitalismo, fortalece e perpetua as estruturas familiares que se formam sob a ideologia patriarcal de opressão feminina. Ocorre, então, a privatização do trabalho socialmente considerado feminino, destinado a ser realizado na esfera do lar. (LIMA et al., 2010, p.41-42)

Desta perspectiva, as autoras enfatizam a dupla exploração as mulheres: primeiro, no espaço doméstico, sendo este invisibilizado e ‘fora do contorno do mercado’, produzindo valor de uso, mas que perpetua o patriarcado e as estruturas familiares; em segundo lugar, sua inserção no mercado de trabalho via atividades consideradas inferiores e de natureza feminina. Lima et.al. (2010) também destacam as discussões sobre raça e etnia no conjunto dos estudos de gênero e trabalho:

Outro ponto importante, e que também merece maior atenção nos estudos sobre gênero e trabalho, diz respeito ao acirramento da precarização do trabalho feminino, quando, além de considerarmos as mulheres na sociedade capitalista, inseridas em uma divisão de classe, consideramos também a discussão de raça/etnia. As mulheres trabalhadoras e, mais especificamente as mulheres negras, são as mais pobres do mundo, as mais excluídas dos empregos formais, dos lugares de decisão, da proteção social e da esfera pública (LIMA, 2002). (LIMA et al., 2010, p.42)

Dantas e Cisne (2017) explicam que “trata-se de buscar compreender as particularidades dessas relações em uma unidade dialética.” (DANTAS, CISNE, 2017, p.80). Portanto, as autoras argumentam que não existe uma relação de classe que não seja atravessada por gênero e raça. Adicionalmente, a análise proposta por elas perpassa a avaliação de que o trabalho feminino é fundamental para a acumulação de capital:

A feminização do trabalho, apreendida sob uma análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e reprodução do capital, tanto na esfera pública, quanto privada. Na esfera privada pela utilização / responsabilização da mulher pela garantia, em grande medida, da reprodução social que possibilita a força de trabalho estar em condições de garantir a produção social. Na pública, pela desvalorização, subordinação e exploração intensificada, que se expressam nos baixos salários e na precarização do trabalho feminino. (DANTAS, CISNE, 2017, p.76)

Adicionalmente, em “Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça”, Ferreira e Fagundes (2021) propõem uma análise, a partir de quatro hipóteses, para “a ultrapassagem, no campo crítico, de interpretações que insistem no dualismo entre relações de exploração e opressão, onde a primeira é estrutural e estruturante e a segunda é uma particularidade e complementariedade, identitária ou identitarista, da luta de classes.” (FERREIRA, FAGUNDES, 2021, p.65) a fim de superar esse dualismo.

A primeira hipótese diz respeito à:

Admitindo que a acumulação primitiva se constituiu em um processo mais amplo do que a separação violenta dos produtores diretos de seus meios de vida, ensejando também expropriações de corpos e saberes de

mulheres, mediante a guerra das caça às bruxas, e de pessoas que foram submetidas a processos sistemáticos no sentido de sua desumanização pela extração de trabalho compulsório ou escravo, configurando a forma política do Estado nacional como instituição classista, racista e patriarcal (...) (FERREIRA, FAGUNDES, 2021, p.68)

Em vista disso, os autores propõem uma análise, a partir de Marx, do valor da força de trabalho, sendo este determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção e reprodução do trabalhador, e, portanto, dos meios de subsistência. Por sua vez, o valor também como uma relação social, também correspondendo às peculiaridades de cada país, ou seja, “com quais costumes e exigências de vida constituiu-se a classe dos trabalhadores livres num determinado local” (MARX apud FERREIRA, FAGUNDES, 2021, p.68)

Ferreira e Fagundes (2021) explicitam que mesmo reconhecendo essas diferenças, Marx não as considera em seus estudos, assim, neste artigo tais determinações serão incorporadas na análise da força de trabalho. Por conseguinte, a segunda hipótese levantada pelos autores trata-se de:

Assim, a segunda hipótese que apresentamos consiste em que o heteropatriarcado moderno e o racismo estrutural constituem relações de expropriação e alienação que participam da determinação histórica e moral do valor da força de trabalho, estruturando o caráter racista e heteropatriarcal do próprio modo de produção capitalista, portanto suas relações de reprodução e acumulação, sem eliminar a distinção entre trabalho produtivo (aquele que produz mais valor diretamente) e improdutivo (aquele que não produz mais valor diretamente), mas articulando-os dialeticamente. (FERREIRA, FAGUNDES, 2021, p.69)

Isto posto, os autores apontam que o sobretrabalho amplamente verificado na sociologia crítica, emerge como "confirmação dialética" da teoria do valor, e não como sua ruptura.

Se, historicamente a expropriação foi condição para a exploração, sob a crise estrutural, evidencia-se uma tendência a extrapolar os limites da troca de equivalentes para se converter, a partir de certo ponto, em expropriação. Assim, as tendências contemporâneas ao sobretrabalho verificadas amplamente no âmbito da sociologia crítica do trabalho emergem não como uma ruptura com a teoria do valor, mas como sua confirmação dialética. (FERREIRA, FAGUNDES, 2021, p.70)

Na economia latino-americana (sobretudo na brasileira), marcada pela industrialização dependente e pela transição do trabalho escravo, o Estado contribuiu para a exclusão dos trabalhadores racializados dos melhores postos de trabalho, sob o argumento de falta de habilidades necessárias:

Esse processo lançou as bases de uma divisão racial do trabalho que redundou em uma racialização do exército industrial de reserva no Brasil, o qual cumpre a função de rebaixamento dos salários para abaixo

do valor da força de trabalho e implica em sobretrabalho para o exército ativo de trabalhadores. Por isso, o racismo articula-se estruturalmente com a superexploração, contribuindo para efetivar suas diversas formas e, mais do que isso, para naturalizá-las (FAGUNDES, 2020). Embora, não exista uma legislação abertamente segregacionista no Brasil (ALMEIDA, 2019), essa é uma realidade que se impõe via superexploração do trabalho. (FERREIRA, FAGUNDES, 2021, p.70)

Assim, os autores apresentam sua terceira hipótese:

o racismo como estruturante das relações capitalistas. Não só pelas raízes colonialistas, por particularidades de determinadas formações sociais ou pelo papel da escravidão na revolução industrial. Mas sobretudo porque o racismo, consideradas as condições históricas e morais normais de reprodução da força de trabalho, se converte em uma estratégia alienante do capital para pressionar constantemente o rebaixamento dos salários do conjunto da classe trabalhadora para abaixo do seu valor. (FERREIRA, FAGUNDES, 2021, p.71)

A cerca da divisão sexual do trabalho, os autores enunciam sua quarta hipótese: “como estratégia para o rebaixamento estrutural do valor, o heteropatriarcado consiste em uma relação intrínseca ao capitalismo” (FERREIRA, FAGUNDES, 2021 p.72). Assim, sinalizam os debates do feminismo marxista, que se desdobra no trabalho reprodutivo e, sobretudo, no trabalho domésticos exercido pelas mulheres.

Em primeiro lugar, Ferreira e Fagundes (2010) demarcam conceitualmente a reprodução social da força de trabalho: argumentam que a reprodução social é um processo histórico que está subordinado ao modo de produção capitalista e é mediada essencialmente pelo salário. Conseqüentemente, essa necessidade premente de acessar um salário para obter os meios de subsistência é o que compele o trabalhador e a trabalhadora a se apresentarem ao mercado de trabalho todos os dias. (FERREIRA, FAGUNDES, 2021, p.71)

Adicionalmente, os autores apontam que a reprodução social não se resume em garantir o acesso aos meios de vida, portanto, argumentam que existe um trabalho “extra” a ser exercício. Neste ponto, é importante destacar que Marx já previa outras determinações:

Aqui supomos, por um lado, que o capitalista que produz a mercadoria a vende pelo seu valor, e não nos ocupamos mais com o retorno do capitalista ao mercado, ou como as novas formas que se aderem ao capital na esfera da circulação, tampouco com as condições concretas da reprodução ocultas sob essas formas. [...] Sua análise pura, por conseguinte, requer que abstraíamos provisoriamente de todos os fenômenos que ocultam o jogo interno de seu mecanismo (MARX, 2017 apud FERREIRA, FAGUNDES, 2010, p.71).

Portanto, de acordo com os autores, o trabalho das mulheres exercido no âmbito doméstico pode ser considerado uma das formas ocultas mencionadas por Marx. Definido como:

Um trabalho não pago que não equivale ao conceito de mais valor, embora tampouco compareça no contrato de trabalho. Diversamente do trabalho produtivo, trata-se de um trabalho não pago oculto em parte das atividades reprodutivas, que se adere ao capital na esfera da circulação e, portanto, participa indiretamente da extração de mais valor do conjunto da classe trabalhadora porque contribui para a estratégia do capital de rebaixamento estrutural do valor da força de trabalho. (FERREIRA, FAGUNDES, 2021, p.72)

Desta perspectiva, Ferreira de Fagundes (2021) estabelecem em sua quarta hipótese que o heteropatriarcado é estrutural para a produção e reprodução do capital, uma vez que manifesta por meio da expropriação do trabalho reprodutivo não pago das mulheres, configurando-se como uma das formas ocultas das relações de reprodução social. Diante disso, esse trabalho não pago está "descontado de partida na contabilização das determinações do valor" (FERREIRA, FAGUNDES 2021, p.72) e, portanto, é uma "estratégia permanente do capital" que visa o rebaixamento estrutural do valor da força de trabalho em si, não apenas de seu preço.

Para tanto, a subsunção das mulheres deve ser total, não apenas de classe, mas enquanto mulheres, exigindo um "contrato sexual moderno oculto no contrato social" (FERREIRA, FAGUNDES 2021, p.72) para que tal expropriação se concretize.

2.4.2.1. Estrutura do mercado de trabalho nas economias dependentes latino-americanas

Ao analisarem as condições de trabalho das mulheres diante das transformações ocorridas no mercado de trabalho desde anos 1970, Dantas e Cisne (2017) identificam como o capital se apropria do trabalho feminino para assegurar essas transformações em favor de sua produção e reprodução, assegurando um mercado de trabalho baseado na informalidade, na flexibilização do trabalho e no enfraquecimento dos direitos trabalhistas.

Essas transformações resultam, resumidamente, numa grande precarização das condições de trabalho e de vida das mulheres, expressas na terceirização e na subcontratação, que, dentre outras problemáticas, acarretam a perda de direitos trabalhistas e a instabilidade no emprego. O incentivo à entrada da mulher no mercado de trabalho vem no sentido de correspondência, com facilidade, às novas exigências advindas das transformações no mundo do trabalho. (DANTAS, CISNE, 2017, p.83)

No mesmo sentido, Lima et al. afirmam que a divisão sexual do trabalho não pode se desvencilhar das novas configurações da acumulação. Isto porque, esse novo momento econômico trouxe uma nova reestruturação produtiva alicerçada pela mundialização do capital. O esgotamento do modelo fordista/taylorista deu espaço para formas mais flexíveis de trabalho, aumentando a informalidade e precarizando as condições de trabalho. (LIMA et al., 2010, p.42)

Nesse íterim, o capital age na tentativa de conseguir a adesão dos trabalhadores, os quais devem assumir esse novo projeto produtivo, denominado por Antunes (1999) de “envolvimento manipulatório”, que, por trás da veiculação de “ideias” de autonomia e de colaboração, propaladas aos trabalhadores pelo capital com fins de retomar o controle sobre o trabalho, mostra a intensificação da exploração da força de trabalho de homens e mulheres, uma vez que se flexibilizou a compra e a venda desta “mercadoria”. (LIMA et al., 2010, p.43)

Com relação à seguridade social, as autoras apresentam que “a construção das categorias “trabalho” e “seguridade” está ligada à estrutura capitalista, e como tal está envolta em um processo complexo de intensa atratividade e tensão.” (LIMA et al., 2010, p.44), assim, iniciam a discussão assinalando que tal estrutura é formada no momento do pós-guerra, sob ‘princípios e valores’ dos países centrais.

A partir de 1970, com a inflexão no padrão de acumulação global, as definições de seguridade sociais foram redesenhadas a fim de se enquadrarem na nova realidade da crise: contrarreforma do Estado é um verdadeiro processo de evocação para o passado, onde se opera a adesão ao (neo) liberalismo, às desregulamentações e às privatizações, e a vinculação a uma política fiscal que alivia a carga sobre o capital e transferindo esta para os rendimentos do trabalho. (LIMA et al., 2010, p.44)

O aprofundamento da precarização da mão de obra, a partir das medidas de desmantelamento das políticas de seguridade, sobretudo da previdenciária, impedem a garantia de proteção social aos trabalhadores fora do mercado formal. Essa realidade atinge de maneira ainda grave as mulheres, já que a retração da esfera pública, a perda de direitos e o acirramento da exploração recaem desproporcionalmente sobre elas. Nesse contexto, as transformações no espaço do trabalho feminino intensificam a chamada “feminização da pobreza”, especialmente entre mulheres responsáveis pela chefia familiar. (LIMA et al., 2010, p.44)

De acordo com os dados do IBGE, citados por Melo (2005), a chefia de famílias por mulheres tem aumentado consideravelmente no Brasil, com um forte impacto sobre o aumento da pobreza no país. A maioria das mulheres chefes de família são pobres, negras, com baixa escolaridade e empregadas domésticas. (LIMA et al., 2010, p.44)

As autoras evidenciam a condição de desproteção social das mulheres, com destaque para as empregadas domésticas, que enfrentam exploração intensa e dupla pelo capital. Enquanto

mulheres das classes mais altas e da classe média transferem as responsabilidades domésticas mediante o pagamento a outras mulheres, liberando-se para outras atividades, as trabalhadoras pobres vivem a dupla jornada, dividindo-se entre o trabalho produtivo e as tarefas domésticas.

As mulheres, quando inseridas em uma análise de classe, lidam de forma diferente com as responsabilidades domésticas socialmente atribuídas. Enquanto as mulheres da classe burguesa ou média transferem estas responsabilidades para outras mulheres, em troca de salários, liberando-se para inserirem-se nos espaços de trabalho produtivo – ou para usarem seu tempo como desejarem – as mulheres da classe trabalhadora convivem com a exploração de sua força e tempo de trabalho na realização da dupla jornada. Dividem-se entre as tarefas da esfera pública e privada na vida cotidiana. (LIMA et al., 2010, p.45)

No Brasil, o trabalho doméstico ocupa uma posição particular, separado das demais ocupações assalariadas, por ser realizado em domicílios privados e em relação direta com empregadores pessoas físicas. Essa dinâmica reforça a assimetria estrutural que marca a inserção feminina no mercado de trabalho e evidencia como a reprodução social se organiza de modo desigual entre as classes sociais.

Julião e Dutra (2010) afirmam que o gênero, a sexualidade e o mundo do trabalho são discussões convergentes, diante de uma sociedade regida pelo capital e estruturada pela opressão, exploração e dominação de classe. Desta forma, é fundamental conceber a divisão sexual do trabalho, reconhecendo que os limites são impostos tanto pelo sexo quanto pela "multidimensionalidade do gênero".

As autoras propõem-se a integrar a concepção jurídica com a teoria crítica em uma perspectiva de totalidade, a fim de compreender os limites e as possibilidades do acesso ao trabalho formal para as mulheres, com ênfase nas mulheres trans no Brasil. O reconhecimento formal desse direito possui abrangência global, sendo abordado pela Declaração de Direitos Humanos da ONU em 1948 e reforçado pela Resolução n. 34/46 em 1979.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o trabalho como um direito social e um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, determinando que a ordem econômica e social, fundamentada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, deve ter como objetivo assegurar a todos "uma existência digna, conforme os ditames da justiça social". (JULIÃO, DUTRA, 2020, p.206)

Apesar do reconhecimento legal (nacional e internacional) do trabalho livre, digno e produtivo, Julião e Dutra (2010) destacam a necessidade de compreendê-lo além do texto legal,

articulando também suas bases jurídicas, ancoradas no princípio dignidade da pessoa humana, com sua centralidade na vida social e individual.

As relações de trabalho são imprescindíveis para a emancipação humana: trabalhamos para além de nossas necessidades essenciais, que possibilitam a subsistência e a existência digna, trabalhamos para a emancipação e realização pessoal. Desta forma o trabalho deve ocupar na vida do indivíduo uma posição que ultrapasse a mera subsistência financeira. (JULIÃO, DUTRA, 2020, p.207)

As autoras, a partir de Ricardo Antunes, destacam que quase um terço da força humana global disponível para o trabalho se encontra em condições de trabalho parcial, precário, temporário, ou vivencia a "barbárie do desemprego", assim, de modo particular, os obstáculos enfrentados pelos grupos socialmente vulneráveis são resultados da dificuldade estrutural que limitam ainda mais suas oportunidades no contexto do capitalismo contemporâneo.

“A alocação de tarefas tem o gênero como eixo [...]” (BIROLI, 2018, p. 67), as habilidades e pertencimentos atribuídos a uma ou outra pessoa é, em grande escala, consequência da naturalização de comportamentos que segue – em regra - uma ordem binária. É dessa forma que se constrói o elo que associa trabalho doméstico (remunerado e não remunerado) à figura da mulher; nesta esteira, ao homem é destinado a posição de poder, a tomada de decisões e o trabalho (financeiramente) valorizado. (JULIÃO, DUTRA, 2020, p.208)

No entanto, as autoras adicionam que, a referência da divisão sexual do trabalho é sempre da perspectiva binária, mas se extrapolada essa visão a fim de englobar outras identidades de gênero e sexualidades, é possível compreender que a divisão sexual do trabalho “está vinculada à construção histórica e cultural do sexo, do gênero e da sexualidade, nunca nos esquecendo, também, de como opera a divisão racial do trabalho” (JULIÃO, DUTRA, 2020, p.209)

Tendo em vista também a desvalorização do trabalho da mulher decorrente do patriarcado, em se tratando das mulheres trans, as autoras afirmam:

No caso da mulher trans o cenário é ainda mais complicado, além dos estigmas serem ainda mais carregados, inexistente a possibilidade de manipular ou ocultar a sua identidade. Em razão do preconceito o acesso ao trabalho formal, para essas pessoas, é ainda mais desafiador, podendo ser considerado apenas para a minoria. A opressão e a violência contra a população LGBT e, principalmente, contra a mulher trans é latente.

(...) Ao conseguirem acessar o mercado de trabalho formal, a permanência se torna o próximo desafio: preconceito; transfobia; documentos; uso de banheiro e uniforme; baixa escolaridade; e linguagem corporal e verbal, são barreiras encontradas pelas mulheres

trans no mercado de trabalho formal (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018), que, de certa forma, as colocam em condição de extrema vulnerabilidade, muito além de todas as questões de gênero e sexualidades abarcadas nesse estudo. (JULIÃO, DUTRA, 2020, p.210-211)

2.4.3. Teoria da Reprodução Social

Diante dos debates sobre as imbricações das relações sociais do sistema capitalistas e as relações patriarcais de gênero datadas desde metade do século XIX, Borrego (2020) busca apresentar a polêmica do debate entre as vertentes feministas-marxistas na atualidade, assumindo a heterogeneidade de posições existentes.

Em decorrência disso, a autora apresenta cada uma delas de forma agrupada, baseada na proposta de Cinzia Arruzza:

Cinzia Arruzza en su libro Reflexiones degeneradas: Patriarcado y Capitalismo propone un agrupamiento a partir de tres grandes perspectivas teóricas enfrentadas en este debate. Una primera postura dentro de la polémica es la denominada “capitalismo indiferente”. Una segunda postura, que Arruzza (2014) denomina “teoría de los sistemas duales”¹; incluso a veces referida como “teoría de los sistemas triplos”². Por último, una tercera postura que Arruzza defiende como “teoría unitaria”, en la cual la autora se incluye. (BORREGO, 2020, p.74)

A primeira vertente assume que as opressões de gênero são independentes ao capitalismo. Isto porque tais se constituíram anteriormente ao sistema capitalista, assim a superação de um é independente do outro. A segunda abordagem é a teoria dos sistemas duplos, que defendem que as opressões e explorações são autônomos ao capitalismo, embora estreitamente ligados. A terceira abordagem é a da teoria unitária, que ganhou mais visibilidade nos últimos anos, e defende que as relações de produção capitalistas e relações patriarcais de gênero se integram. (BORREGO, 2020, p.75)

Com relação a abordagem dos sistemas duplos:

La teoría de los sistemas duales alcanza mayor nivel de visibilidad y adhesión al interior de la vertiente del feminismo radical, que se desarrolla a partir de la segunda mitad de siglo pasado. La teoría dual enfatiza que el patriarcado constituye un sistema diferente y autónomo en relación al capitalismo; sin dejar de estar, al mismo tiempo, modificado por este. De esta forma, el sistema de relaciones de “[...] género o relaciones sexuales constituyen un sistema autónomo que se combina al capitalismo y remodela las relaciones de clase, estando, al mismo tiempo, modificado por el capitalismo en un proceso de

interacción recíproca” (Arruzza, 2015, p. 4, traducción propia). (BORREGO, 2020, p.76)

Ao tratar da teoria unitária, a autora começa enunciando que a socióloga feminista e marxista, Heleieth Saffioti é a referência principal da polémica entre relações sociais capitalistas e relações patriarcais de gênero. Saffioti evolui de uma adesão inicial à perspectiva dualista para uma crítica a esse modelo, culminando em uma abordagem integradora das relações entre patriarcado, racismo e capitalismo, próxima à teoria unitária, ainda que sem filiação explícita a essa corrente. (BORREGO, 2020, p.81)

Específicamente en el debate sobre la relación entre patriarcado y capitalismo, la autora defiende que: “[...] no existe, de un lado, la dominación patriarcal y, de otro, la explotación capitalista” (Saffioti, 2005, p. 65, traducción propia); precisamente porque “[...] patriarcado y Capitalismo son dos facetas de un mismo modo de producir y reproducir la vida” (Saffioti, 1985, p. 98, traducción propia). En este mismo sentido, argumenta que la dominación no puede analizarse de forma separada de la explotación; debido a que ambas son procesos indisolubles. Por ello Saffioti utilizará la noción de “sistema de dominación-explotación”; analizando los impactos que dicho sistema genera en lo social, cultural, político y económico. (BORREGO, 2020, p.81)

Por sua vez, uma das críticas mais reconhecido aos sistemas duplos foi elaborada por Iris Marion Young. De acordo com Borrego (2020), as formulações de Young não apenas argumentou como uma crítica aberta a teoria dos sistemas duplos, mas também dá origem para a teoria unitária:

Lo cual significa en opinión de esta autora que “[...] hay buenas razones para creer que la situación de la mujer no está condicionada por dos sistemas distintos de relaciones sociales que tienen estructuras, dinámicas e historias distintas” (Young, 1992 [1980], p. 1) (BORREGO, 2020, p.82)

Posteriormente:

Vogel (1983) realizará una fuerte crítica a la dicotomía que sustentó la perspectiva teórica de los sistemas duales. Argumenta que dicho binarismo conllevó a un análisis de la opresión de las mujeres en función de dos estructuras separadas, como por ejemplo: Capitalismo y patriarcado, modo de producción y modo de reproducción, sistema de clases sociales y sistema de género, etc. Todo lo anterior también derivaría en una oposición entre feminismo y marxismo, pese a todos los intentos de trascender este falso antagonismo. (BORREGO, 2020, p.82)

Fonseca (2019) recupera o “Debate sobre o trabalho doméstico” apontando suas duas questões centrais: “(1) se ele produzia mais-valia ou valor (e, portanto, se era produtivo ou

improdutivo); e (2) se ele constituía um modo de produção distinto, análogo, ou se era parte do próprio modo de produção capitalista.” (FONSECA, 2019, p.273)

Com relação ao primeiro item, a autora explora duas leituras. A primeira diz respeito à ideia de que o trabalho doméstico é produtivo, na medida em que este produz a mercadoria força de trabalho. A segunda leitura, avalia que o trabalho doméstico produziria apenas valores de uso dos trabalhadores, contribuindo com a reprodução da força de trabalho. (FONSECA, 2019, p.274). Entretanto, tal debate se descolou do movimento de mulheres:

Segundo Vogel (1981, p. 204), rapidamente a maior parte das ativistas feministas passou a considerar o debate sobre o trabalho doméstico como “um obscuro exercício do pedantismo marxista”, irrelevante para a organização e luta política feminista. Assim, no começo da década de 1980, “a maioria das feministas-socialistas decidira se mover ‘para além do debate interno sobre o trabalho’” (Vogel, 2013 [2000], p. 185, tradução minha). Para a autora, restou apenas “a ambiguidade, a imprecisão conceitual, a circularidade e as pontas soltas de um projeto inacabado” (ibidem, p. 185). Assim, o Debate permaneceu indefinido e deixou uma série de questões em aberto. (FONSECA, 2019, 274)

Nesse interim, a autora destaca que o Debate se concentrou nas mulheres brancas dos EUA ou ‘Norte Global’, e refletiu suas próprias demandas e análises sobre o feminismo e o capitalismo, isto significa que suas elaborações eram indiferentes às mulheres negras ou migrantes e sequer às mulheres do ‘Sul Global’.

Com exceção de Dalla Costa e James (1975 [1971]), as contribuições sequer mencionavam o massivo movimento radical negro que tomara conta do cenário político nos EUA na década de 1960 – país que figurou também como um dos principais palcos do Debate feminista-socialista, iniciado em 1969. (FONSECA, 2019, p.275)

Por sua vez, ao que tange o trabalho doméstico ser um modo de produção distinto ao modo de produção capitalista ou parte dele, Heidi Hartmann, em 1975, foi quem publicou o primeiro trabalho sobre o que seria a teoria dos sistemas duplos:

Para a autora, as categorias do marxismo eram indiferentes ao sexo e, apesar dos esforços das feministas-marxistas que clamavam pela unidade prática de ambas as análises, a reflexão feminista permanecia sempre subordinada à análise marxista (Hartmann, 1981 [1975]). No âmbito da práxis, o setor socialista do movimento feminista vinha perdendo espaço para o setor liberal diante da ambivalência da esquerda socialista em tratar a “questão da mulher” e o “conflito entre os sexos”, bem como a falha em abordar questões relacionadas à vida cotidiana das mulheres. Assim, segundo a autora, o melhor para entender a dinâmica entre essas relações seria a adoção conjunta de dois paradigmas de análise distintos e por vezes contraditórios: de um lado, o marxista para a descrição do capitalismo; de outro, o feminista para a

compreensão do patriarcado enquanto estrutura social e histórica autônoma. (FONSECA, 2019, p.275)

A partir do final da década de 1970, a teorização feminista-socialista da perspectiva dualista se homogeneizou. “Até hoje tal perspectiva permanece hegemônica e aparece também como fundamento para o estudo do inter cruzamento de múltiplas relações de opressão, como propõe a interseccionalidade.” (FONSECA, 2019, p. 276)

Em 1981, as autoras do campo minoritário de diversas vertentes e que não convergiam com Hartmann, publicaram a coletânea *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Nesta coletânea, Lise Vogel:

trouxe uma contribuição que se aproximava da defendida por Young, projeto que naquele momento chamou da necessidade de “situar a opressão das mulheres no interior de uma teoria marxista da reprodução social” (ibidem, p. 213). Dois anos mais tarde as perspectivas unitárias lançadas neste debate foram sistematizadas e desenvolvidas por Vogel em um trabalho de fôlego para demonstrar a viabilidade do desenvolvimento da teoria marxista para a construção de uma teoria unitária. Assim, *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*, de Lise Vogel, publicado em 1983 nos EUA, foi a primeira contribuição sistemática para a construção dessa abordagem, cujo desenvolvimento último culmina hoje na proposta da Teoria da Reprodução Social (TRS). (FONSECA, 2019, p.278)

Nesse sentido, a TRS emerge como uma proposta de superar a interpretação hegemônica do feminismo-marxista e do determinismo do marxismo tradicional, a fim de construir uma teoria unitária.

Contemporaneamente, Fonseca (2019) apresenta a Teoria da Reprodução Social como uma proposta de “desenvolvimento de uma teoria unitária que possibilite uma maior aproximação da realidade social” (FONSECA, 2019, p.283):

Esse foi um movimento de convergência¹² entre diversas intelectuais feministas-marxistas que desde o final do século XX vinham trabalhando nesta direção, e que incorporaram em sua teorização muitos dos questionamentos e horizontes dos movimentos feministas, antirracistas, pós-coloniais e Queer. Este diálogo possibilitou que estas intelectuais suprissem, progressivamente, as lacunas da obra de Vogel, propondo um reposicionamento do campo marxista em relação aos debates sobre classe, opressão, identidades e a questão ambiental. (FONSECA, 2019, p.283)

¹² Esse movimento de convergência pode ser percebido no volume editado por Bhattacharya (2017a) e que marca o estabelecimento desta teoria no século XXI. O volume recebe a contribuição de dez autores com trajetórias intelectuais distintas, que desenvolvem diversos temas à luz dessa possibilidade teórica. (FONSECA, 2010, p.83)

Segundo a autora, o primeiro marco teórico que distingue a TRS do feminismo-marxista anteriores é a categoria marxiana de totalidade social e “articula as noções de aparência (identidade) e essência (diferença)”. Em segundo lugar, posiciona que as partes da vida social sejam “ontologicamente autônomas”, ou seja, as questões de gênero, raça e classe fazem parte dessa totalidade social. Por conseguinte:

Assim, no lugar de cruzamentos, ou combinações dualistas entre sistemas/relações de opressão ou de dominação externas umas às outras, há um processo interrelacional no qual as partes contêm o todo e o todo contém as partes. Ao mesmo tempo em que constituídas e mediadas mutuamente – ou seja, unidas em um único processo vital – as relações de opressão guardam características específicas, particulares, ontologicamente interligadas, na qual as partes e todo estão unidos em um único processo (FONSECA, 2019, p.287)

Assim, conforme indicado a autora, a TRS retoma e atualiza o debate iniciado nos anos 1970, politizando o campo da reprodução da vida como condição essencial para a continuidade da produção capitalista:

Assim, a TRS revela uma contradição fundamental: que a sociedade capitalista é composta de dois imperativos necessariamente entrelaçados, mas mutuamente opostos, contraditórios – por um lado, a necessidade de o sistema se sustentar por meio de seu processo característico de obtenção de lucro contra, por outro lado, a necessidade de os seres humanos se sustentarem por meio de processos de produção de pessoas. (FONSECA, 2019, p.289)

Essa contradição é refletida justamente no fato de que para se produza cada vez mais valor, o capital atua no sentido de precarizar as relações de produção e reprodução da força de trabalho.

2.5. Discussão sobre as abordagens à luz da Teoria Marxista da Dependência e da Teoria da Reprodução Social

A revisão sistemática realizada neste capítulo revela um quadro significativo sobre como a literatura marxista recente aborda as categorias de dependência, superexploração da força de trabalho e trabalho feminino. Nesse sentido, esta seção busca estabelecer as pontes entre o arcabouço teórico apresentado no capítulo anterior e as perspectivas encontradas na revisão da literatura contemporânea, evidenciando a potencialidade dessa integração para compreender a superexploração da força de trabalho feminino no capitalismo dependente brasileiro.

Por meio da metodologia adotada, não foi identificado nenhum artigo que articule explicitamente a Teoria Marxista da Dependência (TMD) com a Teoria da Reprodução Social

(TRS) de forma unificada. Nota-se, de um lado, autores que sustentam as categorias da dependência e da superexploração da força de trabalho sem incorporar as dimensões de opressão de gênero e da reprodução social; de outro, autoras que debatem a divisão sexual do trabalho, o patriarcado e a TRS, mas sem contextualizá-los sob a ótica da TMD, embora, em alguns casos se utilizem do termo “superexploração” para se referir a intensificação da exploração das mulheres sob determinado contexto.

No que tange à abordagem da dependência e da superexploração, os autores resgatados na revisão bibliográfica reafirmam as categorias formuladas por Marini, apresentando a dinâmica de transferência de valor e da violação do valor da força de trabalho.

Os trabalhos de Nogueira (2016) e Sobrinho (2017) resgatam e corroboram as bases da TMD estabelecidas a partir de Marini (1973), Bambirra (2024) e Carcanholo (2013). Ambos os autores reafirmam que a dependência é uma condição estrutural das economias latino-americanas, engendrada pela divisão internacional do trabalho e pelas trocas desiguais, que transferem valor para as economias centrais. Nogueira (2016), em especial, perfaz a trajetória teórica de como a concorrência intrasetorial e intersetorial no mercado mundial opera como mecanismo de transferência de valor, pressionando a taxa de lucro nas economias dependentes. Ademais, os autores também situam a superexploração da força de trabalho como o mecanismo compensatório frente às trocas desiguais no mercado mundial. No mesmo sentido, Luce (2012) avança ao demonstrar empiricamente a vigência dessa categoria no Brasil por meio do aumento da jornada e da intensidade do trabalho, conectando diretamente cada um dos mecanismos apresentados. Por sua vez, Nascimento, Aquino e Soares (2025) oferecem uma leitura divergente, associando a superexploração mais ao desgaste físico excessivo do que à produção de valor propriamente.

A partir disso, observa-se que a literatura da TMD revisada descreve o mecanismo da superexploração, mas não trata da esfera da reprodução doméstica não remunerada como condição de possibilidade para que o pagamento abaixo do valor da força de trabalho se sustente socialmente – embora Bambirra tenha realizado incursões pioneiras sobre o tema da mulher trabalhadora. Em contrapartida, a literatura sobre a opressão e exploração das mulheres oferece as bases para responder a essa questão, recuperando a historicidade do debate feminista.

A revisão dos artigos feministas marxistas avança na compreensão da divisão sexual do trabalho, do patriarcado e da reprodução social. Esses trabalhos demonstram que a opressão às mulheres está intrinsicamente ligada à lógica de acumulação capitalista. Adicionalmente, esses

artigos atribuem a precarização apenas ao neoliberalismo e à reestruturação produtiva global, sem conectar essas dinâmicas à condição dependente e à superexploração tal como explicado pela TMD.

Assim, nota-se uma lacuna e oportunidade para a integração proposta. A TMD explica o porquê nas economias dependentes, como a brasileira, a pressão para o pagamento abaixo do valor da força de trabalho é estrutural. Por sua vez, a TRS e os feminismos marxistas revisados fornecem a ótica de gênero, que explica como essa pressão recai de maneira desproporcional sobre as mulheres. Isto é, o salário já pressionado para baixo pela dependência necessita subsidiar tanto a reprodução individual da trabalhadora, quanto, via trabalho doméstico não pago, a reprodução da força de trabalho de sua família.

Haja vista a literatura revisada, Borrego (2020) e Fonseca (2019) recuperam o histórico do debate entre sistemas duplos e a teoria unitária, situando a TRS como uma das vias de superação desse debate e reafirmando, como explica Vogel (2023), que a opressão às mulheres deve ser situada no interior da dinâmica de reprodução do capital. Deste modo, as autoras validam a premissa de que a produção de mercadorias e a produção de pessoas são processos integrados e que a opressão de gênero é constitutiva da luta de classes, e não externa a ela.

Essa perspectiva unitária é reforçada por Vazquez (2018), que analisa o "nó", proposto por Saffioti, entre classe e gênero, e pela relação simbiótica entre capitalismo e patriarcado apontada por Souza (2016) e Dantas e Cisne (2017). Estas autoras demonstram que o patriarcado fornece a base ideológica e material para que o capital desvalorize a força de trabalho feminina, tanto na esfera pública quanto na privada.

Adicionalmente, os estudos de Lima et al. (2010) e Julião e Dutra (2021) evidenciam como a divisão sexual do trabalho restringe a inserção feminina ao mercado de trabalho, subordinando-a às demandas do cuidado não remunerado. No entanto, ao não incorporarem o a Teoria Marxista da Dependência, essas contribuições tendem a interpretar a precarização como um fenômeno genérico, sem destacar que, nas economias dependentes, essa precarização é intensificada pela necessidade de compensação da transferência contínua de valor para as economias centrais.

Por sua vez, Ferreira e Fagundes (2021) sustentam que o heteropatriarcado e o racismo estrutural não operam como sistemas autônomos ou meramente identitários, mas constituem estratégias permanentes do capital para promover o "rebaixamento estrutural do valor da força

de trabalho". O argumento principal dos autores reside na tese de que o heteropatriarcado é uma relação intrínseca ao capitalismo, que viabiliza a expropriação do trabalho reprodutivo não pago das mulheres, caracterizando-o como um trabalho oculto que participa indiretamente da extração de mais-valor ao reduzir os custos de reprodução da classe trabalhadora. Dessa forma, a opressão de gênero e raça articula-se organicamente com a superexploração, funcionando como um mecanismo que naturaliza a pressão constante para fixar os salários abaixo do valor de reprodução da força de trabalho.

Portanto, a lacuna identificada na revisão bibliográfica não aponta para a inexistência de relação entre os fenômenos, mas para o avanço de uma síntese teórica. A literatura analisada fornece as perspectivas separadas: a TMD explica a necessidade econômica da superexploração nas economias dependentes, enquanto a TRS e as autoras feministas marxistas revisadas explicam a forma social (baseada, sobretudo, no gênero) que permite rebaixar o custo da reprodução dessa força de trabalho.

CAPÍTULO 3 – DISCUSSÃO SOBRE A ABORDAGEM DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Primeiramente, tratou-se caracterizar as economias dependentes latino-americanas, sobretudo a categoria superexploração da força de trabalho à luz da Teoria Marxista da Dependência; na sequência, foi apresentada a Teoria da Reprodução Social, a partir da obra de Lise Vogel, a fim de delimitar os marcos teóricos para a discussão da opressão às mulheres. Em um segundo momento, o exercício se concentrou em expressar, a partir da literatura disponível nas revistas marxistas selecionadas, a abordagem das formas que a superexploração do trabalho feminino assume no contexto do capitalismo contemporâneo.

Este capítulo, por sua vez, tem o objetivo analisar a manifestação da superexploração da força de trabalho feminina, à luz do arcabouço teórico apresentado, na economia brasileira¹³, demonstrando também como a reprodução social e atividades – remuneradas ou não – de cuidado são bases materiais da superexploração do trabalho feminino na periferia capitalista. Para tanto, o capítulo está dividido em duas seções. A primeira trata de uma análise empírica da realidade da mulher no Brasil no âmbito do mercado de trabalho. A segunda parte centra na análise das possibilidades de convergências entre TMD e TRS.

3.1. Inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro: participação, desocupação e precarização

No campo do mercado de trabalho brasileiro, a divisão sexual do trabalho, sustentada pela naturalização da distinção entre trabalho feminino e masculino, implica, historicamente, em condições mais precárias e vulneráveis para as mulheres.

A análise segundo o recorte por sexo revela que, historicamente, o nível de ocupação das mulheres apresenta-se significativamente inferior ao dos homens. Tal disparidade decorre, em grande medida, da menor taxa de participação feminina na força de trabalho, bem como da persistência de uma taxa de desocupação estruturalmente mais elevada entre as mulheres, evidenciando desigualdades de gênero no acesso e na permanência no mercado laboral. As dificuldades que as mulheres enfrentam para encontrar ocupação e para permanecer ocupadas são reconhecidas, principalmente, quando não existem legislação e

¹³ Dada as limitações com relação às estatísticas do mercado de trabalho não pago, a análise se centra, majoritariamente, na inserção da mulher no mercado de trabalho pago.

políticas públicas específicas para esta finalidade (World [...], 2017). Com relação à menor participação feminina na força de trabalho, deve ser considerada a divisão por gênero dos afazeres domésticos, uma vez que a taxa de realização desses afazeres no próprio domicílio ou em domicílio de parente é mais alta para as mulheres, assim como a de cuidados de moradores ou de parentes não moradores, fatores comumente abordados em relatórios estatísticos e na literatura acadêmica (Outras [...], 2023; Estatísticas [...], 2024). (IBGE, 2025b, p.19)

Segundo Fonseca (2015), a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil ocorre de forma mais consistente no decorrer da década de 80, como efeito da globalização e da reestruturação produtiva:

No Brasil as transformações sociais, políticas e econômicas que repercutiram no modelo patriarcal de família se tornaram mais intensas e aparentes na década de 80. Segundo Nogueira (2004) nos anos 80 e 90, a mundialização do capital emitiu efeitos complexos e contraditórios, afetando desigualmente o emprego, na questão de gênero, ou seja, enquanto que com relação aos homens houve uma estagnação, com relação às mulheres houve um aumento no número de trabalho remunerado em áreas em que predominam os empregos precários e vulneráveis. (FONSECA, 2015, p.94)

Nesse contexto, a autora apresenta os dados da Fundação Carlos Chagas¹⁴ para o período compreendido entre 1970 e 2007, que reflete o aumento significativo da participação das mulheres nas atividades produtivas: em 1976 apenas 29% das mulheres estavam empregadas, já em 2007, constatou-se que 53% das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho; enquanto o contingente masculino permaneceu estável.

Por sua vez, com base nos dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, a taxa de participação feminina, para o período de 2012 a 2024, permaneceu estável e sistematicamente abaixo da taxa de participação masculina, que supera os 70% em quase toda a série histórica. Esse cenário permite observar os limites da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.

Ao longo do mesmo período, a taxa de desocupação e a taxa composta de subutilização das mulheres mantiveram-se sistematicamente superiores às dos homens. Enquanto a primeira revela a dificuldade das mulheres em ingressar no mercado de trabalho, a segunda, na medida em que engloba trabalhadores subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial, evidencia a maior precariedade de inserção das mulheres no mercado, associada ao desemprego, jornadas insuficientes ou vínculos instáveis. Conforme apresentado:

¹⁴ Disponível em <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie4.php?area=series> (acessado em dezembro de 2025)

No período 2012-2024, a taxa de subutilização se revelou mais elevada para as mulheres em comparação com os homens e para as pessoas de cor ou raça preta ou parda em comparação com as pessoas brancas. Destaca-se que 20,4% das mulheres e 19,0% das pessoas pretas ou pardas encontravam-se subutilizadas em 2024, percentuais significativamente maiores do que os de homens (12,8%) e de pessoas brancas (12,4%). Em que pese a queda da subutilização em todas as categorias de sexo e cor ou raça, em 2024 ante 2023, as diferenças históricas se mantiveram, indicando maior vulnerabilidade para mulheres e pessoas pretas ou pardas. O recorte por sexo e cor ou raça indica que a taxa de subutilização é historicamente superior para as mulheres pretas ou pardas. O nível mais elevado ocorreu em 2021 (41,6%), enquanto, em 2024, foi registrado o piso da série (24,3%). Ainda assim, esse percentual foi significativamente maior que os encontrados para homens brancos (10,0%), homens pretos ou pardos (14,8%) e mulheres brancas (15,2%), conforme evidencia a Tabela 3 (Tabela 1.3). (IBGE, 2025b, p.29)

Tabela 1 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho, por sexo.

	Taxa de Participação (%)		Taxa de Desocupação (%)		Taxa composta de subutilização (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2012	74,6	51,6	6,0	9,2	14,4	24,1
2013	74,5	52,1	5,8	9,2	13,5	21,7
2014	73,9	51,7	5,7	8,7	12,6	20,0
2015	74,3	52,4	7,5	10,7	14,7	22,6
2016	73,9	52,8	10,2	13,5	17,6	26,1
2017	73,7	53,5	10,9	14,9	20,0	29,3
2018	73,4	53,8	10,6	14,2	20,5	29,7
2019	73,7	54,5	9,7	14,5	19,8	29,9
2020	69,3	49,2	11,7	16,4	23,4	34,3
2021	71,0	50,6	11,4	17,4	22,9	35,4
2022	71,8	52,5	7,9	11,8	16,8	25,9
2023	72,4	53,1	6,4	9,5	14,4	22,4
2024	72,8	53,5	5,5	8,1	12,8	20,4

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais (PNAD Contínua), 2025. Elaboração própria.

Com relação à informalidade, em 2024, destaca-se que, embora a proporção de trabalhadores em ocupações formais entre homens (59,4%) e mulheres (59,3%) não demonstrou diferença significativa, por outro lado, no que se refere ao mercado informal,

as mulheres apresentaram 9,4% em trabalho doméstico sem carteira e os homens, 0,6% (Tabela 1.10). Enquanto os homens tinham maior participação como empregados sem carteira (18,1%) e trabalhadores por conta própria (29,0%) e na atividade de Construção, as mulheres estiveram em maior proporção no trabalho familiar auxiliar, além de compor quase que integralmente o trabalho doméstico sem carteira assinada. (IBGE, 2025b, p.27)

Adicionalmente, de acordo com o DIEESE (2024), para o período compreendido entre o quarto trimestre de 2022 e 2023, tal situação de vulnerabilidade também se verifica na medida que:

Olhando somente as mulheres ocupadas, é possível perceber que as que estavam em postos tipicamente informais estão concentradas nos quintis mais baixos: trabalhadoras domésticas sem carteira (66,4% no primeiro quintil), conta própria (44,0% no primeiro quintil) e empregadas sem carteira no setor privado (40,7% no primeiro quintil). (DIEESE, 2024)

A desocupação feminina mostrou-se mais sensível às oscilações do ciclo econômico, particularmente nos anos de 2020 e 2021, período marcado pela crise sanitária. De acordo com o DIEESE (2024, p.3), “a pandemia também afetou mais as trabalhadoras. Enquanto a participação dos homens voltou ao nível anterior à crise sanitária, elas sentiram mais dificuldades para voltar ao mercado de trabalho e enfrentaram taxas de desemprego mais altas”. De forma que essa maior dificuldade de reinserção está associada tanto à ampliação das responsabilidades domésticas e de atividade de cuidado assumidas pelas mulheres durante a pandemia, quanto à perda de postos de trabalho em setores impactados pela crise, de modo que, mesmo com a retomada da economia, muitas não conseguiram se recolocar no mercado de trabalho. (DIEESE, 2024, p.3)

Do ponto de vista da remuneração, em dezembro de 2024, de acordo com o DIEESE (2025), o salário-mínimo necessário equivalia a R\$ 7.067,68, e o salário-mínimo nominal para o mesmo mês era de R\$ 1.412,00, evidenciando o descompasso entre os rendimentos do trabalho e o custo social de reprodução. Por outra ótica, “o rendimento domiciliar *per capita* mediano (R\$ 1.328) equivalia a 65,8% do rendimento médio (R\$ 2.017), em 2024, inferior, portanto, ao valor do salário-mínimo nacional vigente naquele ano (R\$ 1.412)” (IBGE, 2025b, p.52), indicando que parte da população se encontra em um patamar de renda incompatível com os custos sociais básicos, e evidenciando um padrão de rebaixamento salarial que antecede as desigualdades de gênero.

Com relação ao rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal¹⁵, em 2024, as mulheres receberam, em média, cerca de 12% menos por hora trabalhada em comparação aos homens. A análise desses dados permite inferir que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro não decorre apenas da discriminação salarial direta, mas sobretudo de

¹⁵ O rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal, conforme a metodologia da PNAD Contínua, é calculado como a razão entre o rendimento mensal habitual do trabalho principal e o número de horas habitualmente trabalhadas nesse trabalho, com posterior deflação para valores reais (IBGE, 2014).

assimetrias na quantidade de horas trabalhadas, na inserção ocupacional e, fundamentalmente, na organização social desigual do trabalho.

Tabela 2 – Indicadores de rendimento médio real da força de trabalho, por sexo.

	Rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$/mês)		Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal (R\$/hora)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2012	3.196	2.335	18,3	16,0
2013	3.311	2.417	19,2	16,5
2014	3.406	2.524	19,6	16,9
2015	3.256	2.440	19,1	16,5
2016	3.243	2.491	19,0	16,6
2017	3.217	2.470	19,0	16,6
2018	3.264	2.560	19,1	17,1
2019	3.267	2.513	19,1	17,0
2020	3.362	2.622	19,5	17,3
2021	3.130	2.497	18,4	16,7
2022	3.086	2.427	18,1	16,1
2023	3.298	2.607	19,5	17,3
2024	3.427	2.686	20,3	17,8

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais (PNAD Contínua), 2025. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2023. Elaboração própria.

Por sua vez, Brancacci et al (2023, p.51) argumenta que “as estatísticas sobre o mercado de trabalho no Brasil não captam a verdadeira dimensão da jornada de trabalho das mulheres, pois restringem-se à jornada formal de trabalho e não abarcam o trabalho de reprodução social realizado no âmbito familiar”. As autoras, ao analisarem os dados estritamente relacionados ao trabalho produtivo, apresentam que a jornada de trabalho da mulher aparece como inferior à jornada masculina com relação aos empregos formais. No entanto, ao adicionarem o “trabalho reprodutivo”, a situação se inverte.

Em 2001, os homens trabalhavam semanalmente 40 horas no trabalho remunerado e 5h no trabalho não remunerado, por sua vez, as mulheres destinavam 21 horas em seus empregos formais e mais de 30 horas nas atividades não remuneradas. Em 2015, a realidade permanecia praticamente a mesma: com relação ao trabalho remunerado, os homens destinavam 32 horas e as mulheres 21 horas, no entanto, na relação das atividades domésticas, os homens contribuíam com quase 6 horas e as mulheres 24 horas semanais (BRANCACCI et al, 2023, p.52). Essas estatísticas demonstram a não distribuição social das tarefas reprodutivas, mantendo-as como responsabilidade feminina no espaço privado.

Dada a remuneração abaixo do necessário para a sua reprodução social, em empregos precarizados, as mulheres são obrigadas a estender sua jornada de trabalho no sentido de procurar renda complementar:

Para as mulheres isso significa a procura por fontes de renda complementar relacionadas em geral à mercantilização de parte de suas ocupações tipicamente domésticas sob forma de serviços ou revenda de produtos “tipicamente femininos”. Citamos como exemplo a produção de bolos, doces e salgados e a venda consignada de perfumes ou pelas mulheres que buscam complementar a “renda do lar”. Para ilustrar este exemplo, recuperamos o dado levantado por Abílio (2018) que identificam o cadastro de mais de 1 milhão de mulheres na base de revendedoras de produtos de beleza da marca Natura. A baixa remuneração, ao mesmo tempo, força a ampliação dos anos de trabalho da família, prolongando além do normal a “vida útil” do trabalho feminino em condições de desgaste ampliado, como visto na seção anterior. (BRANCACCI et al, 2023, p.54).

A superexploração da força de trabalho também se manifesta pela maior intensidade de trabalho no lar. Isto é, o trabalho familiar auxiliar¹⁶, geralmente sem qualquer remuneração ou direito trabalhista, correspondente ao cuidado de um familiar idoso, doente ou com deficiência, também é uma ocupação predominantemente feminina. Em 2024, “as mulheres estiveram em maior proporção no trabalho familiar auxiliar, além de compor quase que integralmente o trabalho doméstico sem carteira assinada” (IBGE, 2025b, p.27)

Ademais, Melo e Morandi (2021) tratam da invisibilidade do trabalho reprodutivo no sentido da existência de um indicador capaz de quantificá-lo. As autoras argumentam que, para conferir valor social a essas tarefas, é necessário “mostrar o volume de riqueza, na forma de bens e serviços, gerados por esse trabalho invisível, através de sua mensuração/valoração” (MELO, MORANDI, 2021, p.187). No cenário brasileiro, a magnitude do estoque de trabalho não pago é massiva, uma vez que “estatísticas preliminares estimam o valor do trabalho não pago equivalendo a cerca de 11% do PIB” (MELO, MORANDI, 2021, p.193). Segundo as autoras:

Essas atividades são fundamentais para a reprodução da vida, para gerar e garantir bem-estar e qualidade de vida aos membros da família, além de ser imprescindível para garantir a disponibilidade de mão de obra para as empresas em atividades remuneradas. Para que alguém esteja disponível em atividades remuneradas no mercado, alguém tem que cuidar das crianças, cuidar da alimentação, da roupa e da casa de forma adequada. Acrescente-se a isso o fato de o trabalho não pago ser um

¹⁶ Trabalhador familiar auxiliar refere-se a “pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era trabalhador por conta própria, empregador ou empregado” (IBGE, 2025, p.132)

substituto dos gastos públicos em creches, instituições de cuidados e escolas de tempo integral. Os cuidados dispensados pelas famílias a crianças, idosos e enfermos substitui a necessidade de o Estado disponibilizar esses serviços. " (MELO, MORANDI, 2021, p.192).

Dessa forma, a dinâmica do trabalho reprodutivo não paga efetua uma dupla transferência de custos: dos empregadores (que não precisam remunerar integralmente a reprodução de sua força de trabalho) para as famílias, e do Estado (que deixa de prover serviços públicos de cuidado) para as mulheres no espaço doméstico.

As estatísticas apresentadas materializam, portanto, os mecanismos da superexploração da força de trabalho – o pagamento abaixo de seu valor, a extensão da jornada e a intensificação do trabalho –, que se manifestam de forma agravada sobre as mulheres trabalhadoras. Por fim, à luz da TRS, o trabalho feminino constitui uma condição indispensável para a dinâmica de acumulação capitalista, uma vez que opera para reduzir os custos sociais de reprodução da força de trabalho e para sustentar, de maneira estrutural, a exploração no interior do processo produtivo.

3.2. Superexploração e reprodução social: convergências teóricas entre TMD e TRS

À luz da Teoria Marxista da Dependência, a superexploração da força de trabalho se manifesta por meio de quatro mecanismos: (i) pagamento da força de trabalho abaixo do valor; (ii) prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; (iii) aumento da intensidade do trabalho; e (iv) hiato entre o pagamento do valor da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. (LUCE, 2018)

O primeiro e o último mecanismos expressam, a partir da compra da força de trabalho, as formas de se aumentar a apropriação de mais-valia frente à remuneração salarial abaixo do valor da força de trabalho, nesse caso, “ao fazê-lo, negam a possibilidade de reposição do desgaste da força de trabalho, tanto por ampliar esse mesmo desgaste quanto por reduzir sua remuneração” (BRANCACCI et al, 2023, p.48). Por sua vez, o aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho “ampliam o desgaste da força de trabalho sem sua reposição adequada nas condições sociais normais, reduzindo o tempo de trabalho total dos trabalhadores e violando por baixo o seu valor” (BRANCACCI et al, 2023, p.48)

A partir dessa perspectiva, observa-se que esses mecanismos operam de forma acentuada sobre as mulheres: a menor remuneração em comparação aos homens, a jornada

prolongada decorrente da combinação entre emprego formal e trabalho doméstico e de cuidados, e a intensificação da jornada de trabalho devido à precarização das ocupações.

Nesse contexto, Brancacci et al (2023)¹⁷ sustenta que existe a possibilidade de interlocução entre TMD e TRS, no sentido de capturar as especificidades da opressão de gênero nas formações sociais dependentes. Isto é:

A superexploração da força de trabalho, fenômeno da “esfera da produção”, tem consequências para a reprodução da classe trabalhadora ao afetar as condições de desgaste e reposição da força de trabalho. Se, como demonstra a TRS, são as mulheres que assumem a responsabilidade da reprodução social no interior da unidade familiar, é evidente que a superexploração condicionará as tarefas assumidas pelas mulheres nas formações sociais dependentes. Assim, o vínculo entre a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria da Reprodução Social é possível porque ambas são construídas em torno de um desdobramento rigoroso da lei do valor, e se dá justamente mediante as determinações que envolvem a força de trabalho. (BRANCACCI et al, 2023, p.49)

Então, com base neste argumento, as autoras iniciam a investigação sobre a relação das dinâmicas da exploração no âmbito produtivo com as condições da reprodução social da classe trabalhadora. Nesse sentido, “a TRS avança na relação da opressão da mulher com a lei do valor ao considerar o trabalho doméstico como o trabalho de reprodução da mercadoria força de trabalho, e, portanto, necessário à acumulação capitalista” (BRANCACCI et al, p.42).

Para Brancacci et al (2023), a superexploração na esfera produtiva se sustenta na medida em que encontra uma compensação no trabalho reprodutivo não pago das mulheres. Como afirmam as autoras, “o trabalho doméstico não pago é uma das condições de possibilidade da superexploração, que permitem sua extensão para além do que seria suportável para a classe trabalhadora” (BRANCACCI et al, 2023, p.53).

A partir disso, as autoras exploram as consequências da superexploração sobre as relações de reprodução. Dessa forma, em primeiro lugar, afirmam que a remuneração abaixo do valor da força de trabalho “impede a reprodução cotidiana normal dos trabalhadores. Isso se dá pela impossibilidade de se adquirir a quantidade de mercadorias adequadas à satisfação plena de suas necessidades materiais, seja de alimentos, materiais de limpeza, serviços culturais etc.”

¹⁷ “Esta abordagem pretende perfazer somente um esboço das relações categoriais possíveis e, portanto, é possível antecipar que ela não será suficiente para apreensão das realidades particulares entre os países latino-americanos e tampouco realizará a recuperação histórica das distintas trajetórias de desenvolvimento capitalista. Da mesma maneira, por tratar-se de uma aproximação inicial, não avançaremos no debate sobre racialização desigual da classe trabalhadora na região, apesar de considerarmos sua compreensão indispensável para a apreensão da realidade latino-americana” (BRANCACCI et al, 2023, p.43)

(BRANCACCI et al, 2023, p.50). No sentido de tentar suprir a falta de acesso a essas mercadorias, as mulheres tornam-se as responsáveis pelo esforço ampliado no lar, seja no preparo de alimentos, ou no cuidado com filhos sem acesso a creches e no sustento de idosos. Como exposto:

O pagamento dos salários abaixo de seu valor também torna inacessíveis mercadorias e serviços que compõem parte da reprodução das novas gerações da força de trabalho. Por não poderem contratar babás e cuidadores, por não poderem adquirir o material cultural e pedagógico adequado, as mães, irmãs e avós reforçam seu papel como principais responsáveis pela criação das crianças. Da mesma maneira, sua responsabilidade também é estendida sobre o cuidado dos aposentados e aposentadas que não têm condições de sobreviver somente com os rendimentos da previdência. (BRANCACCI et al, 2023, p.50)

Outra manifestação da superexploração é o hiato entre o pagamento do valor da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. Essa manifestação corresponde à defasagem temporal entre a introdução e o acesso a determinados bens de consumo, que com o tempo passaram à condição de bens de consumo corrente ou bens-salário, pela classe trabalhadora. “Todavia, se a única forma de o trabalhador acessar tais bens de consumo que se tornaram bens necessário for endividar-se cronicamente ou submeter-se a uma carga extra de trabalho, estaremos diante de uma alteração do elemento histórico moral sem ser acompanhada pela remuneração” (LUCE, 2018, p.193)

Dessa forma, o capital apropria-se do fundo de consumo do trabalhador, convertendo-o em fundo de acumulação, ao exigir que este recorra ao endividamento via crediários ou à busca por rendas complementares para atingir o patamar de subsistência socialmente necessário (LUCE, 2018, p.193). Na prática, essa dinâmica impõe um "maior tempo de trabalho e um maior desgaste", especialmente para as mulheres, cujas tarefas domésticas permanecem manuais e exaustivas, por exemplo, devido à demora na popularização de eletrodomésticos que deveriam reduzir a jornada doméstica, isto é:

Esse maior tempo de trabalho doméstico é reforçado porque dentre as mercadorias que os trabalhadores demoram para ter acesso estão os instrumentos e máquinas que servem ao aumento da produtividade do trabalho doméstico (eletrodomésticos, utensílios de cozinha e limpeza etc.). Existe, por conta dos baixos salários, uma defasagem temporal significativa entre a introdução e popularização de geladeiras, batedeiras e micro-ondas nas casas da classe trabalhadora do centro e da periferia (LUCE, 2018). E mesmo a popularização de seu consumo só foi possível em parte por formas específicas de endividamento como os crediários das grandes redes varejistas, o crédito consignado etc. Neste sentido, a demora na introdução das máquinas de lavar no

consumo de massa no Brasil significou um maior tempo de trabalho e um maior desgaste das mulheres latino-americanas frente às suas correspondentes nos países europeus. (BRANCACCI et al, 2023, p.50)

Com relação ao aumento da jornada e intensificação do trabalho, que refletem maior desgaste da força de trabalho, Brancacci et al (2023, p.59) argumenta que, nessas condições, o trabalho doméstico não remunerado atua como um substituto para a carência de serviços públicos e para os salários insuficientes, absorvendo as funções de carinho e cuidados indispensáveis à manutenção da vida, expondo as mulheres a um maior desgaste físico e psíquico. Adicionalmente, nas economias dependentes, o pagamento dos salários abaixo do valor também pode obrigar as mulheres a buscarem por uma renda complementar (no mercado formal ou informal), configurando um aumento da sua jornada de trabalho.

Diante do exposto, as autoras indicam que a violação sistemática do valor da força de trabalho nas economias dependentes torna-se viável porque o trabalho doméstico não pago feminino atua como um substituto material para o conjunto de bens e serviços que deveriam ser garantidos pelo salário. Assim, a superexploração se manifesta de forma dupla: por meio da degradação das condições de vida da classe trabalhadora em geral no processo de produção e, ao mesmo tempo, pela sobrecarrega as mulheres que sustentam a reprodução dessa força de trabalho (BRANCACCI et al, 2023, p.53).

Em suma, a superexploração da força de trabalho feminino deve ser compreendida como um processo duplo e integrado: no mercado (via precarização, baixos salários e instabilidade) e no lar (via trabalho reprodutivo). Portanto, romper com essa lógica exige tanto a luta por igualdade no mercado de trabalho, quanto entender a reprodução social como uma questão fundamental da luta de classes.

CONCLUSÃO

Esta dissertação percorreu este percurso analítico com o objetivo de contribuir para a discussão crítica sobre a superexploração da força de trabalho feminina no capitalismo dependente brasileiro, a partir do diálogo entre a TMD e TRS. O trabalho não pretendeu esgotar ou elucidar definitivamente o tema, mas oferecer uma perspectiva integrada que possa enriquecer a discussão, ao mesmo tempo em que reconhece suas próprias fronteiras e limitações.

A condição dependente impõe uma dinâmica na qual a compensação por perdas na esfera internacional (decorrentes do intercâmbio desigual) frequentemente recai sobre a intensificação da superexploração no plano interno, exigindo a violação sistemática do valor da força de trabalho para garantir a taxa de lucro. Nesse cenário, a categoria da superexploração, formulada por Ruy Mauro Marini e revisitada por autores como Jaime Osorio e Mathias Luce, mostrou-se fundamental para interpretar parte da realidade brasileira no que tange o mundo do trabalho e a inserção das mulheres nele.

Ao recorrer à TRS, especialmente às contribuições de Lise Vogel sobre o "componente doméstico do trabalho necessário", este trabalho buscou qualificar essa análise, sugerindo que a pressão pela superexploração não recai de forma homogênea entre homens e mulheres. A TRS oferece o instrumental para entender como a divisão sexual do trabalho e a organização social da reprodução – com o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado desempenhado predominantemente por mulheres – atuam como um subsídio que viabiliza e aprofunda a superexploração da força de trabalho, permitindo ao capital apropriar-se de parte do fundo de consumo da classe trabalhadora sem inviabilizar sua reprodução imediata.

Contudo, é fundamental reconhecer as limitações deste exercício. A principal delas reside no caráter predominantemente teórico e bibliográfico da dissertação que, diante das limitações concernentes à disponibilidade de informações, não utilizou dados empíricos primários sobre a realização e a mensuração do valor do trabalho doméstico não pago no Brasil. Conforme evidenciado no terceiro capítulo, as estatísticas oficiais (como as do IBGE/PNAD) captam a inserção no mercado formal e as taxas de desocupação, mas a "invisibilidade estatística" do trabalho reprodutivo impediu uma verificação quantitativa precisa.

A discussão sobre o "componente doméstico do trabalho necessário" permanece fundamentada em inferências teóricas e em dados indiretos, como a subutilização da força de

trabalho feminina. Assim, a incorporação de indicadores que mensurem o volume de riqueza gerado por esse trabalho invisível seria um passo indispensável para aprofundar a discussão.

Outra limitação refere-se ao escopo do diálogo proposto. A síntese entre TMD e TRS, embora promissora, é uma construção analítica que requer maior desenvolvimento e confrontação com análises concretas da formação social brasileira em suas múltiplas determinações. Portanto, o que se apresenta neste trabalho é uma contribuição para a discussão da intensificação da superexploração da força de trabalho a partir dos referenciais teóricos propostos.

A partir da revisão sistemática apresentada no Capítulo 2 desta dissertação, pode-se verificar essa lacuna, haja vista que nenhum dos artigos encontrados utilizou-se de ambas as teorias para a descrição da superexploração da força de trabalho feminina no Brasil. A literatura revisada trata essas categorias de forma separada: a bibliografia ligada à TMD explica a superexploração como exigência estrutural das economias dependentes frente ao mecanismo de intercâmbio desigual, enquanto os trabalhos fundamentados na TRS e nos feminismos marxistas analisam a divisão sexual do trabalho e o papel do trabalho reprodutivo não remunerado na sustentação da acumulação. A ausência de articulação entre essas abordagens indica um espaço analítico a ser desenvolvido, no qual dependência e reprodução social possam ser compreendidas de forma integrada na determinação da superexploração da força de trabalho feminina no Brasil.

Por fim, o arcabouço teórico selecionado sugere que a luta contra a superexploração é, necessariamente, uma luta que deve questionar tanto as relações desiguais do mercado mundial, quanto a divisão sexual do trabalho e a naturalização do cuidado não remunerado. O horizonte da emancipação, portanto, exigiria transformações nas esferas produtiva e reprodutiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225, nov. 2009. ISSN 1982-0259.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: Um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. 5ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2024. 223p.
- BAMBIRRA, Vânia. *La mujer chilena en la transición al socialismo*. **Revista Punto Final**, n. 133, Santiago de Chile, junio de 1971.
- BAMBIRRA, Vânia. *Liberación de la mujer y lucha de clase*. **Revista Punto Final**, n. 151, Santiago de Chile, febrero de 1972, p.10-15.
- BAMBIRRA, Vânia. *A propósito del año internacional de la mujer*. 1975, [S/l]. Disponível em: https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/mujer_03/ (mimeo)
- BAMBIRRA, Vânia. *Comentário a Margaret Benston*, [S/d], [S/l] Disponível em: https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/mujer_08/.
- BHATTACHARYA, Tithi. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. In: BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.
- BORREGO, Adriana Edith. Debates sobre capitalismo y patriarcado. **Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx**, v. 8, n. 14, 27 jul. 2020.
- BRANCACCI, Aline Damasceno; MIGLIOLI, Aline Marcondes; SENRA, Gabriel Oliveira de Carvalho. Reprodução social e dependência: superexploração e opressão de gênero na América Latina. **Revista Estudos do Sul Global**, v. 2, n. 1, p. 40-62, 2023.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Revista Trabalho**, v. 11, n. 1, p. 191–205, 2013. Universidade Federal Fluminense (UFF).
- DANTAS, Marcela Fernanda; CISNE, Mirla. “Trabalhadora não é o feminino de trabalhador”: Superexploração sobre o trabalho das mulheres. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 75–88, 21 maio 2017.

DIEESE. Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. São Paulo, 2024.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Salário-mínimo nominal e necessário. Análise Cesta Básica. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2024>.

FERREIRA, Cláudia Cristina do Carmo; FAGUNDES, Geovana Gisele. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. **Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 62–76, 31 dez. 2021.

FONSECA, Raquel. Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o Debate Contemporâneo sobre as Opressões. **Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx**, v. 7, n. 13, 22 dez. 2019.

FONSECA, Maria Fernanda Soares. A inserção das mulheres no mercado de trabalho como uma exigência do capital e a divisão sexual do trabalho. **Revista Extraprensa**, v. 9, n. 17, p. 90–101, 2015.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-ind>>.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2025b.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro, 2024.

IBGE. PNAD Contínua: notas metodológicas. Rio de Janeiro, 2014.

JULIÃO, Helga de Vasconcelos; DUTRA, Nathália Helena. Divisão sexual do trabalho: para além do gênero e do patriarcado. **Temporalis**, 20(40), 201–214, 2021.

KATZ, Claudio. Aciertos y problemas de la superexplotación. **del PROEHAA**, p.33, 2017.

LIMA, Rita de Lourdes de; et al. Trabalho doméstico e desproteção previdenciária no Brasil: questões em análise. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 1, p. 40–48, jun. 2010.

LUCE, Mathias Seibel. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 271p.

LUCE, M. S.. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v.1, n. 32, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. 1973. Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia — MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973).

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Boitempo Editorial, 2011. 367p.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017. 983p.

NASCIMENTO, Cláudio André; AQUINO, José Raimundo; SOARES, Maria Aparecida Tardin. (2024). Trabalhadores assalariados explorados e superexplorados no Brasil (2002 a 2014). In: **Encontro Nacional de Economia Política**, 2024.

NOGUEIRA, Camila dos Santos. *Economia brasileira contemporânea: dependência e superexploração*. Marília: Lutas anticapital, 2021.

NOGUEIRA, Camila dos Santos. *Las formas históricas de la superexplotación de la fuerza de trabajo y la dialéctica de la dependencia latinoamericana*. **Cuadernos De Economía Crítica**, 3(5), 61- 82, 2016.

OSORIO, Jaime. *América Latina en la valorización mundial del capital*. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, vol. 41, pp. 37-52, jun-set. 2015.

OSORIO, Jaime. *Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia*. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, vol. 46, pp. 78-102, mai-ago. 2017.

OSORIO, Jaime. *Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente*. **Cuadernos de Economía Crítica**, n. 8, La Plata, Argentina, 2018a.

OSORIO, Jaime. As Vicissitudes de uma Nova Interpretação sobre o Subdesenvolvimento e a Dependência: Notas Críticas à Proposta de Claudio Katz. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 3, p. 69-84, 2018b.

OSORIO, Jaime. Renovar la teoría de la dependencia sin teoría del capitalismo dependiente: notas críticas a la propuesta de Claudio Katz. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2019.

SOBRINHO, Marcos Gomes Júnior. O mecanismo da superexploração da força de trabalho e a crise estrutural do capital. **REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 7, n. 3, 2017.

SOUZA, Tânia Maria dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, Brasília, v. 15, n. 30, p. 475–494, 8 jan. 2016.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). Ruy Mauro Marini: dialética da dependência e outros escritos. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2022. 353p.

VAZQUEZ, Ana Carolina Barbosa. A classe nos une, o gênero nos divide: imbricações entre patriarcado e capitalismo. **Argumentum**, v. 10, n. 2, p. 135–147, 31 ago. 2018.

VOGEL, Lise. Marxismo e a Opressão às Mulheres: Rumo a uma Teoria Unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.